

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA
E A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Ms Sônia Fátima Schwendler

Co-orientadora:
Prof.^a Ms Natacha Eugenia Janata

CURITIBA

2007

Dedico este trabalho a todas as mulheres sem terra e especialmente para as mulheres que fazem diferença

MARIA CONCEIÇÃO SOUZA DOS SANTOS

MARIA, JAQUELINE e GESSIANE BAIM

OLIVETE, KELLY e ANDIARA SCARSI

ROSA, CARLA e ANA PAULA LOOP

ROSÁLIA e TAINARA FELSKI

ROSELI e LEILA KNOPH

CATARINA DA SILVA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela Vida.

À minha mãe mulher camponesa TEREZA, irmãs CLÉIA, ELIANE, ELIANDRA e ELIZÂNGELA, sobrinhas ANA CAROLINA e GABRIELA, mulheres da minha vida, obrigado pelos aprendizados de mãe, mulheres, filhas, amigas, companheiras e acima de tudo por serem cada vez mais mulheres plenas, perdão pelas ausências e lacunas que deixei ao longo destes dois anos...

Ao meu pai NOEL, que contribuiu e ajudou nos momentos de “sufoco”, aprendendo a lidar com as modernas tecnologias digitando e (re) digitando meus fichamentos, compreendendo minhas ausências e presenças-ausentes. Obrigado pelo apoio, amor, dedicação, eu não teria conseguido sozinha...

Aos meus cunhados, PAULO, ROGÉLIO, CLEOMAR e recentemente ALDO, meus sobrinhos EDUARDO e JOÃO PAULO, obrigado pelo apoio, respeito e compreensão...

Aos bebês da Cleia e da Elizângela, que estão chegando, que o mundo seja cada vez melhor para sua chegada...

RITAMAR e SILVANI vocês em minha vida foram o abrigo seguro em dias de tempestade, oásis no deserto e acima de tudo mulheres especiais que me ajudaram a me tornar o que sou hoje como mulher-humana-mulher, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado...

Às mulheres camponesas: MARIA CONCEIÇÃO SOUZA DOS SANTOS, MARIA, JAQUELINE e GESSIANE BAIM, OLIVETE, KELLY e ANDIARA SCARSI, ROSA, CARLA e ANA PAULA LOOP, ROSÁLIA e TAINARA FELSKI, ROSELI e LEILA KNOPH e CATARINA DA SILVA, obrigado por me deixarem entrar em suas vidas e agora torná-las parte da minha. Mulheres do campo que apreenderam com a vida, portanto sábias com a paciência histórica que somente a vida no campo ensina.

A mulher camponesa IZABEL GREIN e ao MST, obrigada pela oportunidade de formação, aprendizagem e práxis ao cursar a Especialização

em Educação do Campo e com isso somar forças para a transformação da sociedade.

À TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, colegas e amigos, camponesas e camponeses, vocês me permitiram experimentar algo que o mundo precisa em abundância: solidariedade, carinho, amizade, companheirismo, sabedoria, humildade e acima de tudo compromisso. OBRIGADO!

ÀS PROFESSORAS, PROFESSORES, SECRETÁRIOS E FUNCIONÁRIAS do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, obrigado pela amizade, compreensão e apoio nestes dois anos.

À todas as mulheres camponesas assentadas do Assentamento Marcos Freire, mães dos educandos do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak que ao longo destes quatro anos têm feito a diferença na minha vida e me dado esperanças de fazer algo diferente.

À coordenação pedagógica do curso da turma de Curitiba, especialmente à CECILIA MARIA GHEDINI, obrigado pelo seu esforço e trabalho em contribuir para a formação e execução do curso, OBRIGADO.

SONIA FÁTIMA SCHWENDLER e NATACHA EUGENIA JANATA, orientadora e co-orientadora, mulheres, militantes, mestres e futuras doutoras, sua dedicação, exemplo e seriedade com a vida, com a apropriação do conhecimento e acima de tudo com a mudança da sociedade, fazendo o caminho inverso de dentro da universidade para a sociedade, me transformaram, saibam que nunca mais serei a mesma e que acima de tudo minha vida com as suas presenças terá um outro significado e destino. Obrigado pela compreensão com esta mulher e principalmente por partilharem seu conhecimento.

SUMÁRIO

INICIANDO A CONVERSA...	07
1 FEMINISMO, GÊNERO E LUTA DE CLASSES	12
1.1 Gênero como uma construção social e histórica	12
1.2 Protagonistas da história	14
2 HISTORIA DAS MULHERES CAMPONESAS	22
2.1 O processo de luta pela terra no Brasil	22
2.2 História da conquista da terra pela mulher camponesa	27
2.3 A formação da mulher camponesa	30
3 MULHERES EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE	35
3.1 A luta pela terra e a formação do Assentamento Marcos Freire	35
3.2 A construção da identidade camponesa: entre a luta e as contradições sócio-econômico-culturais	41
(DES)CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INICIANDO A CONVERSA...

Este trabalho surgiu em meio a demandas pessoais e profissionais, mas acima de tudo, em meio à necessidade de compreender como se forma a identidade da mulher camponesa. O presente estudo teve por finalidade analisar o processo de (re) afirmação da identidade da mulher camponesa na sua relação com a produção e reprodução da vida no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu e no processo de inserção na luta social.

O Assentamento Marcos Freire está localizado na região centro-oeste do Paraná, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, pertencente a Micro Região de Guarapuava, Estado do Paraná. Atualmente é o 3º maior assentamento com 604 famílias assentadas, em segundo está o Assentamento Ireno Alves dos Santos, com 900 famílias e recentemente o Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu com 974 famílias, passando a ser o maior assentamento do Paraná.

Nesta pesquisa, busca-se entender a vinculação da mulher ao trabalho, à esfera doméstica, à luta política e organizativa, particularmente nas implicações que afirmam ou reafirmam a temática de gênero, dentro do movimento social, bem como, entender e explicitar como acontece a relação posterior à conquista da terra, tendo como foco a mulher que desempenha uma dupla jornada de trabalho: a lida no campo e o trabalho doméstico, a priori como função natural e própria da mulher, somando-se a isso, quando se torna uma militante, assume uma tripla jornada de trabalho.

Quando a mulher se insere na luta política, passa a ampliar sua consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Em face da subjetividade intrínseca nessas relações, ocorre uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica¹ do que é ser mulher, e daquilo que lhe é atribuído socialmente (MELLO, 2001). Neste contexto a mulher sofre diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo sua identidade, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser,

¹ Arcaica porque parte da concepção de que à mulher cabe somente o papel de procriadora e mãe de soldados, como afirmava o III Reich e todas as sociedades reacionárias que implicitamente assim agem ou na manutenção do círculo vicioso de dominação em que à mulher se destinam as crianças, a igreja e a cozinha ou ainda aquela em que considera a mulher parasita que vive à custa de outra (homens) em troca de favores sexuais!

de pensar, de agir na sociedade, seja pelo senso comum seja pela mídia ou ainda pela formação política e social.

Quando a mulher camponesa participa da luta pela terra, através dos movimentos sociais, mais especificamente no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, percebe-se claramente a "luta que ocorre por dentro da luta", o que contribui ao mesmo tempo, para a emancipação da classe trabalhadora e da mulher camponesa. Neste processo se evidencia o estabelecimento de uma relação de classe e gênero.

Neste estudo sobre as mulheres assentadas do Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – PR buscou-se compreender como os movimentos sociais influenciaram no processo de afirmação/reafirmção da identidade da mulher camponesa. Questão considerada de fundamental relevância para a compreensão da identidade da mulher camponesa, tema este, ainda pouco aprofundado nos estudos de gênero e de movimentos sociais.

O tema tem sua gênese na experiência de trabalho da comunidade assentada e, também em observações e questionamentos levantados pelas mulheres desta comunidade. Destaca-se que tais questionamentos, em sua grande maioria, se dão a partir das próprias mulheres, das famílias, bem como da sociedade em que estão cultural e ideologicamente imersas e a partir de minha inserção de trabalho, desde 2004, no Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu - PR, como professora e pedagoga no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak². Diante desta experiência, sentiu-se a necessidade de pesquisar o tema identidade da mulher camponesa e sua relação com a vida e a produção no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu.

Outro aspecto que se apresenta como relevante para a pesquisa proposta é a análise dos elementos que se destacam positivamente e negativamente e contribuíram para a (re) afirmação da identidade da mulher camponesa no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – PR. Para compreender a identidade da mulher camponesa coloca-se como necessário uma análise dos limites impostos pela sociedade em que ela se produz.

2 O Colégio Estadual Iraci Salete Strozak tem sua origem na própria luta dos trabalhadores rurais. Após a ocupação do latifúndio da Giacomet Marodin em 17 de abril de 1996, por 3000 famílias, com a instalação do assentamento instala-se a primeira escola em 19 de maio de 1997, Escola José Alves dos Santos. O colégio surge em 1999 contando já com ensino fundamental e médio. Em 2003 com o convite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passa a ser a Escola Base das Escolas Itinerantes do Estado do Paraná.

Se analisarmos o modo de produção capitalista e os impactos da Revolução Verde, na década de 1950, marco fundamental na agricultura, percebe-se os limites impostos pelo sistema para a emancipação do ser humano enquanto ser social, ser em construção e modificação na interação com o meio. A forma de produção agrícola como está posta, serve somente para o mercado, pois expropria do homem e da mulher a condição de produtores de vida e alimentos para o próprio consumo, ainda cria uma condição de servo e senhor da natureza, esta sendo algo que deve ser sobrepujado, dominado.

É dentro deste contexto de produção da sociedade e do modo de vida camponês que iremos analisar a (re) construção da identidade da mulher camponesa, como sendo uma identidade que se constrói no processo de enfrentamento ao modelo de produção capitalista, mas que também sofre os impactos da ideologia capitalista que se materializa no cotidiano camponês.

No pesquisar quais os elementos que contribuem para (re) afirmar a identidade da mulher camponesa e, portanto, do campesinato em suas relações, no Assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguazu no Estado do Paraná, teve-se como pretensão: compreender a construção da identidade da mulher camponesa produzida historicamente; analisar o impacto do modelo capitalista no modo de vida camponês; verificar como se (re) afirma e (re) constrói a identidade camponesa da mulher, quando esta participa de movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em termos metodológicos, utilizando-se da pesquisa qualitativa, da teoria materialista histórica e do método dialético, partiu-se da abordagem de Minayo (1993, p.18) que estabelece que “a teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. [...] Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. [...] Teorias, portanto, são explicações parciais da realidade”.

No estudo realizado sobre a identidade da mulher camponesa foi essencial a utilização do materialismo dialético, que nos permite a compreensão dos fenômenos a partir do princípio da totalidade e da contradição, tendo em vista que o modo de vida da mulher do campo não se entende como algo dissociado do modo de organização da sociedade.

A realidade como processo é também relativa. As mudanças ocorrem por processos de contradição ou negação de uma coisa, visando a sua transformação. “A característica do desenvolvimento dialético é que ele prossegue através de negações” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.103). Deste modo, compreende-se que o próprio sujeito, como ser em constantes mudanças, crises e contradições, produz a si mesmo, nas condições de produção da vida material. No materialismo compreende-se que o ser humano, pela ação consciente, ao transformar sua realidade material, transforma-se e constrói reconstrói a história.

A dialética fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Para compreender dialeticamente a identidade da mulher camponesa desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, considerando obras nacionais, internacionais e as publicações do MST que discutem questões relacionadas a gênero e agricultura camponesa, bem como estudos na questão do feminismo, gênero e classe. Além disso, utilizou-se da pesquisa empírica para construir uma análise histórica das experiências das mulheres camponesas, a partir da leitura que estas fizeram de sua história pessoal. Esta, não foi utilizada como um simples complemento à documentação escrita, mas como instrumento que possibilitou o entendimento e a apreensão dos significados atribuídos por elas ao vivido como mulheres camponesas na luta de classe. Compreende-se que as fontes orais nos permitem saber não apenas o que se passou na história, não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que pensa que fez³.

Nesta pesquisa empírica, foi realizado um estudo no Assentamento Marcos Freire – Rio Bonito do Iguaçu – Pr, tendo como sujeitos da pesquisa 07 mulheres assentadas no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu – Paraná, caracterizando 10% das mulheres assentadas, através da entrevista semi-

3 PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente In: Cultura e representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, n° 14. São Paulo, 1997. p. 31.

estruturada. Para tanto, buscou-se a apreensão tanto da história de mulheres assentadas que participaram do processo de ocupação da Fazenda Giacomet Marodin, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, quanto de mulheres assentadas que ingressaram no assentamento através da compra de terras da reforma agrária⁴. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas na sua singularidade e na sua totalidade, frente à temática do estudo.

O presente estudo está organizado em três capítulos. No primeiro aborda-se a relação entre feminismo, gênero e luta de classes, no sentido de compreender a história de luta e organização da mulher. No segundo capítulo será discutida a formação da identidade da mulher camponesa, dentro do contexto da luta pela terra e do modelo de desenvolvimento do campo. Por fim, no terceiro capítulo voltam-se o olhar para o Assentamento Marcos Freire e as histórias da mulher camponesa. Neste será discutido o processo de construção da identidade camponesa da mulher, quando esta participa de movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4 Reforma Agrária neste é entendida como um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e sua redistribuição às famílias trabalhadoras que não dispõem terra, para torná-la produtiva e cumprir sua função social, conforme estabelece o Estatuto da Terra. Lembrando que a Reforma Agrária não se constitui somente da distribuição de terras mas oferecer ao assentado todas as condições requeridas para se constituir numa unidade produtiva autônoma, o que significa investimentos sociais necessários para que tal aconteça na produção, educação, saúde, cultura e afins..., dando condições para que o assentado se constitua em um novo sujeito a partir da conquista da terra.

1 FEMINISMO, GÊNERO E LUTA DE CLASSES

No presente capítulo buscaremos analisar o surgimento histórico do feminismo, que tornou possível compreender as relações de gênero como uma construção social e histórica. Além disso, abordaremos o significado social e político do protagonismo das mulheres na história.

1.1 Gênero como uma construção social e histórica

Ainda vivemos em uma sociedade em que as diferenças entre homens e mulheres são transformadas em desigualdades sociais. Uma sociedade que submete as mulheres a uma posição de inferioridade, resultado da hierarquia estabelecida entre os gêneros. Ao longo da história, as mulheres têm sido transformadas em coisas, violentadas, agredidas, subjugadas e oprimidas. A opressão “bloqueia a capacidade das pessoas encontrarem os caminhos para mudar o mundo e a si mesmos, de modo que o oprimido nem sequer enxerga sua opressão” (BEAUVOIR, apud PASSOS, 2000, p. 44).

A condição de subalternidade das mulheres tem sido explicada por diferentes estudos, em diversas áreas do conhecimento. As teorias com bases biológicas apresentam explicações a partir das diferenças sexuais e apontam a mulher como “segundo sexo” ou “sexo frágil”. Segundo Souza-Lobo (2003, p.23), o determinismo biológico vem sustentando argumentos biologizantes que desqualificam as mulheres, tanto do ponto de vista corporal, quanto intelectual. Para Costa (1998) no marxismo clássico, a opressão feminina é vista como o fruto da propriedade privada e do conseqüente papel de mero instrumento da reprodução que a mulher desenvolve dentro da família.

Para Scott (1998 p. 5), “as teorias do patriarcado concentram sua atenção na subordinação das mulheres e encontram explicação na ‘necessidade’ do macho dominar as mulheres”. Essas são algumas das muitas explicações encontradas na literatura para a subalternidade da mulher. Elas mostram o “não-poder” das mulheres, o que, representa o principal fator de sua subjugação.

O patriarcado segundo Saffioti (2004), traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais, que cuja raiz acentua as desigualdades onde as diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. A questão da violência contra a mulher é um exemplo típico de como as desigualdades se manifestam. Quando apanha, a mulher quase sempre é culpada por que fez algo indevido e o agressor raramente é punido. Nesse sentido, a dominação masculina está sempre presente e da forma mais atroz. A este respeito, Saffioti (2004) aponta que as relações de gênero tornaram-se ainda mais opressivas, a partir do momento em que, com o capitalismo se iniciou a produção de excedente econômico e, ao mesmo tempo em que se fez a descoberta da participação do homem no ato da fecundação.

Adotaremos Saffioti (2004, p. 48), para compreender o tema do patriarcado, cuja abordagem destaca que:

o ser social, à medida que se diferencia e se torna mais complexo, muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica como com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas. Os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno.

O patriarcado tem ampliada sua capacidade de fincar raízes desde o modo como o meio ambiente é tratado até a forma como se estabelecem as relações sociais. Para tanto Saffioti (2004), sistematiza e sintetiza assim o patriarcado: não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Esta ideologia do patriarcado está na base da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Essa forma é adaptada historicamente e à cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). (HIRATA, 2003).

A problemática da divisão sexual do trabalho é demonstrada por Souza-Lobo (1991) como questão da participação da mulher na força de trabalho a partir das suas formas concretas de existência e representação. Perrot (2007) ao analisar o trabalho das mulheres afirma que elas sempre participaram do mundo do trabalho. Porém este era da ordem do doméstico e da reprodução, não sendo valorizado nem tão pouco remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que se mantém invisível.

1.2 Protagonistas da história

Mudar, significar e resignificar o cenário histórico da negação da mulher, do silêncio das vozes femininas camponesas é transformar a mulher em sujeito da sua própria história. Neste processo, situa-se o papel significativo do feminismo, bem como dos movimentos sociais de luta de classe.

O feminismo foi um movimento que atravessou várias décadas e transformou as relações entre homens e mulheres. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras⁵ mesmo mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher freqüentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser. Tudo isso, que já foi um sonho, faz parte do dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

Uma questão teórica importante que as pesquisadoras feministas enfrentaram é quanto ao uso da categoria classe social. Neste sentido, Kergoat (1996), trouxe uma importante contribuição a este debate. Para ela a utilização que é feita do conceito de classe não permite captar o lugar da mulher na produção e na reprodução sociais. As relações de classe e relações de gênero são coextensivas: tanto para as mulheres como para os homens e só podem ser analisadas conjuntamente. Todos os indivíduos são homens ou mulheres e, por outro lado,

⁵ A reação provocada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d'água, o oposto de "feminina". Assim, temendo a rejeição muitas mulheres, escritoras, intelectuais, e as brasileiras de um modo geral, passaram enfaticamente a recusar tal título. Além disso, atuou no sentido que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas.

todos têm uma situação de classe que não pode ser dissociada da questão de gênero.

Para Castells (1999), a real história do feminismo é desconhecida por muitas pessoas. A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentariamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras.

Em sentido amplo, Castells (1999) sugere que o "feminismo" pode ser compreendido como um gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta - contra os preconceitos mais primários e arraigados - e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas.

Pinto (2003) aponta que historicamente no Brasil, o feminismo surgiu ainda no século XIX e se caracterizou como um movimento plural, dinâmico e atuante, que vem instaurando, ao longo dos anos, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero. Sua origem remonta os tempos idos e a temos como herança do povo português, nossos colonizadores que trouxeram junto com os costumes da Europa, retratando o panorama de desigualdade.

Coelho (2002) sugere a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro os quais conservam uma movimentação natural de fluxo e refluxo. As décadas em que esses momentos teriam obtido maior visibilidade seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970. Floresta (1989), afirma que foram necessários cerca de cinqüenta anos entre uma e outra, ocupados por um sem número de pequenas movimentações de mulheres, para permitir que as forças se somassem e mais uma vez fossem capazes de romper as barreiras da intolerância, e abrir novos espaços.

A autora acima ainda afirma que no início do século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Assim, fazia-se urgente e necessário, levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o direito básico de aprender a ler e a escrever (então somente reservado ao sexo masculino).

Assim, foi criada a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas, data de 1827, pois até tal momento, as únicas opções das mulheres eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas.

Porém, foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. Concordo com Muzart (2003, p. 33) quando afirma que:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

De acordo com Pinto (2003), Nísia Floresta⁶ identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a idéia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma, "são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na *alma*". Ou as desigualdades que resultam em inferioridade "vêm da educação e circunstâncias de vida", argumenta, antecipando a noção de gênero como uma construção sócio-cultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada.

Cabe ressaltar aqui que o primeiro momento do feminismo é a marca diferenciadora deste momento histórico, pois estabeleçam que as mulheres também tenham tanto direito quanto os homens e podem estudar tanto quanto. De acordo com Muzart (1999), em 1832, eram raras as mulheres brasileiras escolarizadas e, em menor número ainda, as escritoras. Apesar da diversidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta, a conquista do voto, de acordo com espírito da época, mereceu prioridade. Acreditava-se, de acordo com a visão dominante na época, que o acesso aos direitos políticos eram

6 Nísia Floresta Brasileira Augusta⁶ (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, que residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, antes de se mudar para a Europa, e que teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada "grande" imprensa. Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.

essenciais à obtenção de garantias com base na lei. Em 1922 instala a Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF⁷, com o objetivo de fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública.

Mesmo com o Congresso não atendendo as reivindicações das feministas, continuam as pressões do movimento, instaurando-se em 1932 o voto feminino e o voto secreto. De acordo com Muzart (1999), Bertha Lutz foi indicada pela FBPF como representante na Comissão de Elaboração do Anteprojeto à Constituição de 1934, onde o trabalho desenvolvido pela Assembléia Constituinte foi acompanhado pela liderança feminista. Ao final da luta, conforme salienta Moreira (1980) as feministas tiveram suas reivindicações concretizadas na Constituição de 1934. Nela foram incorporadas muitas das sugestões de Bertha Lutz como membro da Comissão que elaborou o anteprojeto. Através delas constata-se que a referida líder revelou interesses marcantes nos aspectos básicos da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se preocupou em propiciar às mulheres condições de se integrar nos vários planos da vida nacional e internacional.

Alguns autores analisam o alcance das ações feministas neste período histórico, Hahner (1981) afirmava que as feministas teriam evitado assumir posições radicais de contestação em relação aos homens, mantendo-se numa atitude temporizadora, em nada alterando os padrões da dominação sexual. Para Besse (1996), embora individual e coletivamente, as mulheres dos segmentos médios e elevados colhessem benefícios, para a maioria das mulheres pobres os ganhos teriam sido inexistentes. Assim, as feministas contribuíram para fortalecer e legitimar a nova ordem burguesa, mesmo com alguns direitos conquistados.

Moreira (1980) compreendia que o feminismo não desenvolveu uma crítica que possibilitasse às mulheres criar sua autoconsciência, que as levassem a questionar as raízes de sua inferiorização - as relações de poder dentro da família e em sua perspectiva, a conquista do voto não teria alterado significativamente a condição da mulher.

Muzart (1999, p. 76), afirma que

A ampliação da participação das mulheres na vida política é fruto de coragem, perseverança, amor e sacrifícios. O desempenho dos mandatos das mulheres também é um diferencial a ser analisado, embora ainda seja um número muito aquém do que a sociedade

7 vinculando o feminismo brasileiro ao norte-americano, no caso à NAWSA- National American Woman's Suffrage Association, vertente conservadora, que assumira a liderança naquele país.

necessita, só tem revelado que as mulheres sabem tratar, e muito bem, a coisa pública.

Muzart (1999) afirma que os dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta das mulheres evidenciam que as atividades femininas são desenvolvidas também em espaços públicos como a comunidade, a vizinhança, a rua e a fábrica, e não podem ser considerados como exclusivamente privadas, pois envolvem intermediações e relações múltiplas de difícil enquadramento em pólos dicotômicos.

Várias pesquisadoras têm enfatizado a necessidade de serem repensados conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de "reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia". Proposta semelhante aparece nos textos assinados por Perrot (1984), que considera importante interrogar-se sobre as práticas de poder, as implicações, as redistribuições e a agir na sociedade e sobre a especificidade do político. Scott (1990, p.12), analisando o conceito de gênero, refere-se à política e ao poder como "territórios praticamente inexplorados, na medida em que a história política "foi o bastão da resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero.

Diante do estado de penúria da condição feminina e das metas para eliminar a discriminação, o ano de 1975 é assumido como sendo o Ano Internacional da Mulher, o qual foi estendido por todo o decênio - de 1975 a 1985. Moreira (1980). Neste contexto, acontecem vários encontros e congressos de mulheres, buscando reivindicar maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. Nesse mesmo momento, o "8 de Março" é finalmente declarado Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU, e passa a ser comemorado em todo o país de forma cada vez mais organizada. Segundo Blay (1982), o sacrifício das trabalhadoras americanas estava tão incorporado ao "imaginário coletivo da luta das mulheres", que era justo o estabelecimento desta data.

Em outros países as mulheres unem-se contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, já no Brasil o movimento feminista impôs posições contra a ditadura militar e a censura, pelas mudanças e por melhores condições de vida. Por outro lado, muito se falou sobre a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. Aqui são estabelecidos o planejamento familiar e o controle da natalidade,

que passam a ser vistos como integrantes das políticas públicas, bem como de ações afirmativas e, a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso.

Segundo Scott (1990), a partir dos anos 90, à medida que a revolução sexual era assimilada à vida cotidiana, as feministas sofrem com a gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita. Assim, em tempos de globalização selvagem, as feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, que de acordo com Muzart (2003, p.66), são “subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas, e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais ou estudos gays”.

Hoje, como salienta Caldeira (1985), há os que defendem os tempos “pós-feministas”⁸, pois as reivindicações estariam atendidas e ninguém ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos. Se o prefixo “pós” estiver sendo empregado (e lido) como explicitando uma fase posterior ao feminismo - agora ultrapassado e fora de moda - não posso concordar com a expressão ao caracterizar o pós-modernismo como parte do sistema capitalista, cuja afirmação baseia-se em uma sociedade onde não existe a luta de classes. Mesmo com tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Isso nos leva a rever os baixos salários, a presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. Então, estamos em um outro tempo, e o movimento feminista parece atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão. O que não se sabe é qual será o próximo acontecimento.

Nancy Folbre (1995) afirma que as mulheres estão diante de um paradoxo: os aspectos do processo de desenvolvimento que aumentam sua independência econômica enquanto indivíduos (desenvolvimento da educação e do emprego assalariado) tendem, ao mesmo tempo, a aumentar sua vulnerabilidade econômica enquanto mães. Também enfatiza as conseqüências das discrepâncias dos processos atuais de privatização e de redução da seguridade social para as

⁸ Considerar-se-á “pós-feminismo” somente como expressão de momentos históricos, uma vez que as lutas de classe, perpassam as discussões de gênero e que o feminismo não é atemporal em si mesmo, mas, as discussões atuais fogem de simplesmente mais liberdade sexual.

relações entre homens e mulheres. Destaca-se como exemplo, na atualidade, a derrubada, via projeto de lei, dos direitos trabalhistas adquiridos. Neste contexto, a relativa eficácia da substituição das atividades ligadas, principalmente, a cuidar das crianças e de sua educação por atividades mercantis é analisada do ponto de vista das conseqüências negativas que o abandono da idéia de um serviço público, nesse setor, tem para o crescimento econômico.

Joeques (1987) afirma que o progresso técnico na agricultura não beneficiou as mulheres. Beauvoir (1980, p. 450) também constata que, apesar das conquistas civis e do ingresso no trabalho, às mulheres ainda se encontravam presas a um mundo exclusivamente feminino:

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas Renault; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual (...) em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens.

Esta análise representou um salto qualitativo do pensamento feminista. A simples concessão de direitos civis colocava as mulheres em condições de igualdade com os homens. De fato, o direito ao voto não fora acompanhado de uma ampliação da participação política feminina em espaços de poder. Seria necessária uma modificação na divisão sexual do trabalho doméstico para que — de fato — as mulheres pudessem libertar-se das obrigações que lhes eram impostas pela sua condição sexual. Esse acúmulo de tarefas justificaria por que muitas mulheres preferiam ser donas-de-casa a exercer um trabalho remunerado. A remuneração não compensava uma dupla jornada de trabalho.

Beauvoir, indiretamente, questionava outro pilar da organização social: a divisão entre trabalho produtivo e trabalho considerado “não produtivo”. Como o trabalho doméstico não produz mais-valia, ele é desvalorizado socialmente e está associado à esfera feminina por se compreender que cabem à mulher os cuidados com a reprodução, com a prole e sua sobrevivência. Ao diagnosticar que a inserção no trabalho não havia sido suficiente para a libertação feminina, Beauvoir atentava para uma questão fundamental: as mulheres não se enxergavam como

sujeitos. Elas não possuíam uma identidade social própria; não eram capazes de se enxergar como sujeito que era objeto de condições específicas de opressão geradas pela sua condição de sexo.

Nesse sentido, a contribuição de Simone de Beauvoir para a formulação de um discurso feminista foi primordial, pois ela chamou atenção para o fato de que a luta de classes não libertaria, automaticamente, as mulheres. Era necessário construir um “ser mulher”, um “sujeito feminino” que fosse capaz de identificar suas problemáticas peculiares. Assim, pela ótica de Beauvoir, (1980, p. 13) a sociedade não era dividida somente em classes, mas também em sexos, e a existência de uma divisão sexual do trabalho era um problema que não seria superado sem que as mulheres adquirissem uma consciência da sua opressão específica:

Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem ‘nós’. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em ‘outros’ os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’, e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito.

Neste contexto de análise, conforme afirma Deere, (2004, p. 186) desde a gênese do MST, a participação da mulher foi fundamental, pois também a ela foi negado o direito à terra de modo histórico:

Desde sua fundação o objetivo primário do MST tem sido a luta pela reforma agrária e por uma sociedade justa e solidária. O movimento reconheceu que, para realizar isso, “a participação de todos os trabalhadores rurais” era necessária, estimulando a participação das mulheres de todos os níveis. As mulheres têm sido muito visíveis na condução das ocupações de terra do MST.

2 HISTÓRIA DAS MULHERES CAMPONESAS

O modo de vida da mulher camponesa se caracteriza por três pontos fundamentais básicos: o acesso a terra, o caráter familiar e por último pelas relações entre os espaços públicos e privados. Estas características indicam que a agricultura familiar é uma das principais formas de reprodução do campesinato na atualidade, onde toda a mão-de-obra é familiar e absorvida pela produção. Neste contexto, coloca-se como essencial, a posse da terra, o que leva trabalhadores e trabalhadoras a se organizarem para defenderem o direito a terra para quem nela trabalha dela sobrevive. Esta luta coloca as mulheres como protagonistas, não só pelo direito á terra para a reprodução da unidade familiar, mas também pela defesa da igualdade nas condições de acesso e produção da vida e da identidade como camponesa.

2.1 O processo da luta pela terra no Brasil

A luta pela terra é evidenciada, á luz da história, em ações coletivas, especialmente através do MST, que envolve diversos segmentos de trabalhadores rurais, tendo como substrato um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido. É possível constatar que, no Brasil, a questão agrária⁹ persiste, há longos anos, como problema social, ainda sem solução.

A luta pela reforma agrária se constitui um produto indireto das experiências construídas a partir de mobilizações do passado - sobretudo as ocorridas nos anos 1950-60, vinculadas inicialmente a atuação das Ligas Camponesas, esta resultante de uma conjuntura específica, marcada por novos modelos de exploração agrícola, por sua vez responsáveis por padrões de

⁹ Reforma Agrária neste é entendida como um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e sua redistribuição às famílias trabalhadoras que não dispõem terra, para torná-la produtiva e cumprir sua função social, conforme estabelece o Estatuto da Terra. Lembrando que a Reforma Agrária não se constitui somente da distribuição de terras mas oferecer ao assentado todas as condições requeridas para se constituir numa unidade produtiva autônoma, o que significa investimentos sociais necessários para que tal aconteça na produção, educação, saúde, cultura e afins..., dando condições para que o assentado se constitua em um novo sujeito a partir da conquista da terra.

acumulação diferenciados daqueles prevalecentes em décadas anteriores, conforme afirma Deere (2004, p. 178):

A luta pela reforma agrária no Brasil iniciou-se no começo da década de 1960. Nesse período, os movimentos operário e camponês foram ganhando força, o último organizando-se contra as injustiças do sistema de posse de terra tradicional, a fazenda ou a grande propriedade, com uma força de trabalho dependente, submetida a relações de trabalho não-capitalistas. No governo do presidente João Goulart, foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos e privilégios dos trabalhadores urbanos, incluindo o direito de se organizar em sindicatos. Além disso, um instituto de reforma agrária foi criado e foi introduzida uma legislação definindo quais terras poderiam ser expropriadas para a proposta da reforma agrária. Essas medidas foram suficientes para provocar um golpe militar em 1964, introduzindo 21 anos de regime militar.

Conforme Alentejano (1996), não se trata mais de uma luta simbolicamente representada pela oposição latifúndio-campesinato e ideologicamente referenciada pela utopia revolucionária. Sob esse enfoque, a reforma agrária é encarada como um processo amplo que deverá abarcar todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo brasileiro.

A luta pela terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento do modelo expropriador e excludente impresso secularmente no latifúndio, e nos setores modernizados/mecanizados e agroexportador. Tudo o que envolveu a sociedade, nos últimos tempos, vem de uma diversidade da realidade, dentre as quais se destacam as transformações agrícolas e suas formas de organização e a luta dos trabalhadores rurais diante destas transformações.

Morissawa (2001), afirma que o modelo de distribuição da propriedade permanece inalterado, registrando seu legado de exclusão social¹⁰, onde os latifúndios¹¹ são a marca da elite ruralista brasileira, pois retratam o interesse do capital. Na medida em que o capital se desenvolve no campo, a tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou são

¹⁰ *Exclusão Social* é abordado por GOHN, como centralidade nos estudos sobre movimentos sociais a partir dos anos 90, permitindo ao mesmo tempo, analisar os processos engendrados da exclusão como às formas de resistência elaborados pelos excluídos. GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1995.

¹¹ A exclusão social no Brasil ocorre de diversas formas e como principal a pobreza e a esta estão associadas outras como analfabetismo, desemprego e o trabalho infantil.

expropriados de suas terras, ou e se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência.

Nesse contexto, pode-se dizer que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, onde a crise social desponta como resposta a essas transformações. Este desenvolvimento trouxe ainda conseqüências estruturais que se anuncia na deteriorização das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, conseqüentemente, dando margem aos crescentes conflitos pela aquisição de terra.

Os conflitos revelam que ao longo da história o distorcido quadro de trabalhadores rurais sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas, culturais e sociais. A desigualdade, expropriação e exploração, que privou do trabalho e da sobrevivência, deixando de lado a dignidade e identidade, fez com que os trabalhadores do campo se organizassem em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que deles foi tirado e negado.

Isso significou a conquista da cidadania, da construção e/ou resgate da identidade do camponês, a criação de novos espaços sociais, onde seja possível vivenciar uma nova fase de relações sociais. Aqueles atores desenraizados surgiram buscando a transformação. É uma nova realidade, construída por homens e mulheres organizados na luta, em busca de uma sociedade onde possam sobreviver desfrutando da dignidade e exercendo a cidadania, como já afirmava Morissawa (2001).

A organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores. Nessa condição de igualdade acontece a tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real o seu sonho de uma vida mais digna. Assim, homens e mulheres vindos de muitos lugares, os quais despertaram do seu casulo, se reconheceram enquanto integrantes de uma luta, e engajados na busca por um futuro mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história. Fala-nos ainda Thomaz (2001, p. 20), que:

É possível notar a crescente adesão aos movimentos sociais do campo de trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, os quais buscam no acesso a terra a retomada da dignidade e o direito ao trabalho, dos quais foram expropriados. Dessa forma, temos que esse é mais um elemento, o qual adicionado ao modelo concentrador/modernizador da agricultura, requalifica o perfil dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil,...

Destaca-se, portanto, o papel dos movimentos sociais na luta pela superação das desigualdades e na mudança do modo de produção. Tomando por referência Gohn (apud SIQUEIRA, 2005) compreende-se que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força de princípio da solidariedade e é construída a partir da organização coletiva dos sujeitos envolvidos.

Analisando-se um contexto interno desta luta, encontramos o homem, a mulher e a criança, ambos lutando lado a lado, desfrutando dos mesmos ideais e objetivos. Desde o primeiro passo da luta que é a ocupação, a figura da mulher está presente, a qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preconceitos que rondam a organização patriarcal familiar tenham na mulher apenas uma "dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa". Essas mulheres, as quais emergem aqui como objeto central desta pesquisa, desenvolvem inúmeras funções dentro da organização e seguem junto com os companheiros a luta pela reforma agrária e na fundamentação da luta política e do pertencimento de classe.

A discussão da participação das mulheres dentro do MST, faz parte de uma reflexão sobre o que é construído socialmente e, originando desta forma, os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder advindas deste processo. Desta forma, houve uma necessidade crescente de se introduzir o tema gênero, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores, dando ainda margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção na estrutura organizativa. Morissawa (2001).

Embora seja possível detectar os avanços na questão da mudança das relações de gênero, observa-se ainda uma resistência muito grande dentro do movimento social com relação às discussões de gênero, consideradas às vezes uma perda de tempo, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões. A primeira manifestação de organização das mulheres surgiu no 1º. Congresso do MST, no qual, segundo Fernandes (2000, p.38):

...as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

Além de estarem presentes em diversos encontros nacionais e estaduais de mulheres, participando das diversas esferas organizativas do MST como os setores e instâncias, participam de atividades de organização do movimento abrindo espaço para debate sobre as ações das mulheres na luta pela terra e as relações sociais envolvidas nesse processo.

Deere (2004) aponta o MST, os sindicatos rurais e o movimento autônomo de mulheres rurais como os grandes responsáveis pela evolução, reivindicação e colocação na pauta dos direitos da mulher à terra. Nesta direção, a maior vitória foi levantar a questão do direito da mulher à terra, que somente foi conseguido na reforma constitucional de 1988, o que em grande medida foi um subproduto do esforço para acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. Contudo, a conquista das igualdades formais não levou a um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma, a qual permaneceu baixa até a metade da década de 1990. Isso aconteceu porque garantir na prática os direitos da mulher à terra não estava entre as prioridades dos movimentos sociais rurais. Além disso, fazia parte da ideologia patriarcal que o direito a terra fosse garantida ao homem.

2.2 História da conquista da terra pela mulher camponesa

A origem da luta das mulheres camponesas pela terra está localizada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil, pois até pouco tempo atrás, os direitos a terra pertenciam somente a uma pessoa por família, geralmente, ao que era considerado o chefe da família. A meta da reforma agrária é beneficiar famílias, contemplando o chefe da família. Assim, todos os membros que a compõem estariam sendo também beneficiados. Porém, essa postura também revela um sistema classificatório, segundo o qual toda família deve ser nuclear, ou seja, com ambos os pais presentes. Esse modelo não contempla outros tipos de família, como, por exemplo, aquelas nas quais as mulheres são as suas chefes.

Antes de 1988, todas as mulheres eram diretamente discriminadas pelo sistema de pontuação do INCRA¹², cujo cálculo servia para determinar os beneficiários da terra. Desse modo, pelo fato de serem mulheres, por terem menos membros em suas famílias ou por não terem como comprovar sua experiência na agricultura, eram as que obtinham menos pontos. De acordo com Lavinias (1991), Rufino e Albuquerque (1990), não era nada incomum encontrar mulheres viúvas que, por terem somente filhos jovens, perdiam seus direitos de permanecerem num assentamento da reforma agrária e também quando o filho mais velho de uma viúva era nomeado beneficiário, ela, algumas vezes, perdia o acesso a terra quando ele se casava e formava sua própria família.

A este respeito, Fernandes (2000, p. 43) afirma que

Assim, a participação de beneficiárias da reforma agrária não somente deixou de aumentar nos anos subseqüentes como diminuiu. As mulheres constituíam 13% dos beneficiários nos assentamentos da reforma agrária antes de 1991; este índice baixou para 12,5% no período de 1991 a 1996. As entrevistas indicam que, independentemente da norma constitucional, o Incra continua a discriminar as mulheres, preferindo designar as terras a um filho (mesmo se legalmente menor de idade) do que adjudicar a uma mulher chefe de família.

Os dados do IBGE (1996) sobre o estado civil sugerem que as mulheres chefes de família têm sido particularmente sub-representadas como beneficiárias da reforma agrária. Ainda de acordo com o Censo Demográfico (IBGE,

¹² INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1991), as mulheres da zona rural representavam 12,2% dos chefes de família em termos nacionais. Em contraste, elas constituíam somente 5,2% dos chefes de família nos assentamentos. Deere (2004) lembra-nos que através do Estatuto da Terra de 1964, a legislação sobre a reforma agrária vigente até 1985, dava prioridade aos chefes de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas, tais critérios discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, e esta norma se apoiavam no Código Civil de 1916 válido até a reforma constitucional de 1988.

Rua e Abramovay (2000), afirmam que na atualidade a razão principal para que as mulheres apareçam nos cadastros como representantes de sua família e a impossibilidade de seus maridos ou companheiros serem beneficiários da reforma. Salientam de acordo com o INCRA (1998) que as regras de exclusão do homem no cadastro se deve a fato de ser inelegível pelos seguintes critérios: a) já tenha sido beneficiário da reforma agrária ou do programa de colonização; b) tenha uma ficha criminal e/ou c) seja física ou mentalmente deficiente para realizar o trabalho na agricultura.

Diante desses dados, fica clara a não neutralidade da reforma agrária em termos de gênero. Isto coloca para as mulheres Sem Terra a necessidade da luta de gênero por dentro da luta de classe. Na discussão da conquista da terra pelas mulheres camponesas alguns autores dão ênfase à discussão de gênero como um processo histórico que se constrói dentro da própria luta no movimento social onde a presença, ação, participação e ação articulada da mulher com outros movimentos, tornam a luta pela igualdade das relações de gênero viável. Além disso, conforme aponta Schwendler (1995), foi a luta das mulheres, que possibilitou a elas a conquista da posse da terra, direito restrito aos homens, por não ser a mulher reconhecida como trabalhadora rural.

A partir de 1999, o Coletivo de Mulheres do MST, surgido em 1996, foi reconstituído como o Coletivo Nacional de Gênero, a partir de um número igual de homens e mulheres participantes, com o objetivo de criar estruturas similares nos estados e em suas sub-regiões. Ficou claro que daquele momento em diante tratava-se de um problema de ambos, mulher e homem em todas as suas dimensões. Um dos fatores explica a maior abertura por parte do MST nesse momento para as questões de gênero: - as lideranças reconhecem que as mulheres

tendem a deixar de participar ativamente nos assentamentos quando estes são constituídos, pois a partir de então, são impedidas de responderem pela terra, por não serem as titulares. Além disso, às mulheres não é dada voz nas associações e cooperativas, instituições que, desde o momento do assentamento, passam a capitanear decisões cruciais concernentes aos planos de produção, à obtenção de crédito, infra-estrutura e investimentos sociais etc., já afirmado pelo Coletivo de Mulheres do MST (2004).

Deere (2004, p 190) salienta que em seu início, o MST deu pouca importância às questões relacionadas a gênero pois

De acordo com as mulheres nos assentamentos percebe-se que as relações de gênero dentro do movimento são consideradas de importância secundária, quando não consideradas um transtorno. Ainda, uma Comissão Nacional de Mulheres do MST foi organizada na última metade dos anos 1980 e ela pressionou para que grupos de mulheres fossem criados dentro dos assentamentos e acampamentos; para que uma comissão de mulheres fosse criada dentro de cada estado; e que as lideranças estaduais e em cada assentamento apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento.

A fim de contemplar essas questões, o Coletivo de Gênero publicou um panfleto de treinamento intitulado *Mulher Sem Terra* (MST, 2000, p.56), no qual, no tópico “As Mulheres e a Reforma Agrária”, argumenta: “na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família; portanto, a conquista da terra é uma conquista da família. Nada mais justo que, quando o Incra venha fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois...”.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa, com mulheres assentadas, confirmam como indicado nesse documento, que a distribuição conjunta de terra a casais passou a fazer parte das linhas políticas do movimento, aparecendo agora na pauta de reivindicações.

Morissawa (2001) destaca que durante o IV Congresso Nacional do MST – Por um Brasil sem latifúndio, realizado em Brasília, em agosto de 2000, das doze orientações reafirmadas no congresso, estava o de resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas as atividades do MST e na sociedade a discussão acerca da questão e tema gênero. Deere (2004, p 192), justifica a não titulação da mulher pelo MST pois

A falta de atenção do MST aos direitos das mulheres à terra, principalmente à distribuição e titulação conjunta da terra para casais, também está relacionada ao fato de que, durante todo esse período, uma prioridade do MST foi a distribuição e titulação coletiva da terra,

ao invés de sua divisão e distribuição formal às famílias individualmente: “A titulação da terra deve ser coletiva, em nome de todos os assentados, independentemente de se a produção for executada coletivamente ou individualmente, garantindo assim os direitos de usufruto, mas que a terra não possa ser alienada”.⁹¹ Com a luta pelos direitos à terra definida como uma questão coletiva, havia pouco espaço para a discussão dos direitos individuais das mulheres à terra.

Segundo o MST (2000), somente em outubro de 2000 a diretoria do estado do Paraná (composta por duas mulheres e 16 homens, diretores) dedicou-se à discussão das questões de gênero e o Coletivo de Gênero estadual estava ainda para ser criado. Deere e León (2001) anunciam que mesmo com uma série de medidas adotadas desde 2001, ainda não há nenhuma menção específica acerca do chefe de família feminino explícito nos documentos legais.

2.3 A formação da mulher camponesa

Nesta pesquisa, a análise sobre a mulher camponesa, inserida no MST, é construída a partir de seu papel como ator político, ou seja, a partir de seu compromisso com determinada visão de participação no processo de transformação social que envolve lutas e reivindicações diversas. Nesse sentido, Souza-Lobo (1991, p.93) acrescenta:

Objetivando romper com o isolamento das mulheres decorrente das formas de produção (familiar) no campo, o consenso sobre a importância da mobilização política resulta na intensificação das práticas organizativas observadas a partir da década de 80.

Guzmán (2000, p 45), afirma que a intensificação das práticas organizativas resultam de “um longo processo social e político em diversos cenários, com a participação de diferentes atores”. Ainda ressalta que o reconhecimento da equidade de gênero como uma dimensão fundamental da equidade social sustenta-se, em grande medida, na visibilidade e legitimidade que o movimento de mulheres tem conseguido nos últimos anos, particularmente no Brasil. Sabemos, no entanto, que não se pode falar em “movimento de mulheres” no singular, mas em “movimentos de mulheres”, que surgem dos mais variados segmentos sociais.

Na constituição da identidade da mulher camponesa, deve-se analisar, tanto sua participação nas lutas sociais, como também sua inserção na organização e viabilização da produção. Isso justifica as reivindicações das

mulheres sobre seus direitos, bem como o papel econômico que estas exercem em suas famílias. Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante, do processo de elaboração da nova identidade feminina. Todavia, esta forma de conceber a mulher camponesa não reflete apenas em seu trabalho, mas se relaciona à conquista de seus direitos, atrelados a necessidade de reconhecimento como trabalhadora. Esta ênfase se justifica pelo fato de que grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas, como aponta Cappellin (1991, p.17):

(...) O tratamento desse tema (da mobilização das trabalhadoras rurais) além de contribuir para ampliar a caracterização das transformações na agricultura, permite corrigir a imagem tradicional que torna invisível a contribuição econômica da mulher do campo e que considera apática sua atuação política. Com efeito, ao reconhecer a participação política das trabalhadoras do campo, abre-se caminho para a revisão da perspectiva que tende a considerar o trabalho das mulheres rurais como um fato provisório e complementar...

Aqui, entra a perspectiva da mulher como agente transformador, que luta pelos seus direitos como mulher, mas também pela construção de uma sociedade com relações sociais mais igualitárias. Nesta direção, Kergoat (2003) afirma que se por um lado, a mulher camponesa ao participar das lutas sociais transforma-se num sujeito político e social, por outro lado, a forma de organização da produção familiar torna-se, muitas vezes, um obstáculo à socialização da mulher como sujeito coletivo. Alguns estudos¹³ sobre a inserção da mulher em movimentos sociais, mais especificamente na luta pela terra, apontam que a mulher camponesa amplia sua participação do período da ocupação da terra e da formação do acampamento. Entretanto, depois da conquista da terra, na fase do assentamento, quando as preocupações se voltam para a organização da produção, geralmente as tradicionais relações de gênero, perpassadas pela divisão sexual do trabalho, são reafirmadas no modo de vida camponês.

13 SCHWENDLER, Sônia Fátima. Da utopia do acampamento à recriação social do assentamento. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS, 1995; MELO, Denise Mesquita de. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Dissertação de Mestrado. UNICAMP Campinas-SP, 2001; VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 21 Dez 2007.

Neste contexto, coloca-se a luta contra a “dupla subordinação” a que as mulheres camponesas estão sujeitas dentro da sociedade capitalista. Kergoat (2003) aponta dois pontos opostos que se sobressaem neste processo. Um aponta para uma mudança social mais ampla na qual a produção familiar deve se transformar em formas assalariadas de produção, permitindo, então, à mulher reconhecer-se enquanto indivíduo e membro de uma categoria social que independe de sua posição na estrutura familiar e, o outro ponto, sustenta-se no reconhecimento do estatuto profissional da mulher inserida no contexto da produção familiar negando a identidade de “esposa de agricultor” e reivindicando a de “agricultora camponesa”,

Cappelin (1991, p. 17) nesses dois pontos afirma que:

O trabalho é o componente privilegiado na identificação da mulher como sujeito social o que resulta na elaboração da identidade de “trabalhadora rural” que se coloca acima das especificidades decorrentes de situações sociais diversas. Essa categoria é utilizada indistintamente, entre outras tais, como “mulher rural”, “mulher no campo”, “produtora rural”, para designar um ser social abstrato, universalizante, desvinculado dos contextos socioeconômicos do qual fazem parte. Mesmo quando se chama a atenção para a heterogeneidade das formas de inserção social e econômica, a identidade de “trabalhadora rural” se sobrepõe à diversidade, assumindo um conteúdo político.

Lavinas e Cappelin (1991, p. 64) afirmam que a grande diversidade de lutas no campo, luta pela terra e pela reforma agrária, luta por melhores salários, luta por melhores condições de produção e por melhores preços agrícolas, luta por direitos sociais - seu leque é ainda maior e seus matizes mais variados a partir da mobilização das mulheres no campo e da sua organização na busca pela cidadania. Sejam pequenas produtoras rurais, sem terra ou barrageiras, bóias-frias ou empregadas nas grandes fazendas, elas vêm transformando o cenário político e social da agricultura brasileira ao mostrar “sua combatividade e determinação na luta pela conquista de uma nova combatividade social, a de mulheres trabalhadoras rurais”.

Então, como salienta Botelho (1989) a identidade das trabalhadoras rurais passa necessariamente pela incorporação de sua conseqüente inserção no setor produtivo. Elas se percebem enquanto trabalhadoras que desempenham duas atividades: uma dentro do espaço doméstico e outra fora. Apesar de rejeitarem o trabalho que realizam na roça e de afirmarem freqüentemente que o largariam quando fosse possível, já incorporaram a noção de categoria e sua importante participação na produção social.

A mulher camponesa se constrói a partir do privilegiamento de sua inserção econômica como condição de sua transformação em categoria política, construída a partir de uma mobilização coletiva pelo MST. A categoria de “trabalhadora rural” se confunde, com a de mulher rural. O caráter genérico e universalizante desta categoria se explicam justamente pelo seu conteúdo político, semelhante à categoria de camponês empregada pelo campo acadêmico e político nas décadas de 60 e 70, como já concluiu Janata (2004, p. 116) onde a:

A coletividade é permitida a partir da intervenção do MST, isto é, da inserção nas lutas sociais travadas nas quais o acampamento se configura como essencial para o exercício dos “novos valores”, ainda que não o garanta. A vida no “individual”, comparada a do “coletivo”, apresenta-se mais sofrida, pois as condições econômicas são visivelmente mais desfavoráveis. Mesmo que acreditem ter uma maior autonomia nas decisões, esta se concentra na mão dos pais, e principalmente na figura do homem. Não que isto não ocorra no “coletivo”, mas percebemos que se dilui com maior facilidade, uma vez que as decisões passam por discussões que extrapolam o âmbito da família, sejam em reuniões, assembleias, etc. Além da heterogeneidade constatada, muitas contradições vieram à tona. Uma delas foi a questão das relações desiguais entre homens e mulheres, intensamente sentida pelas jovens no âmbito da cultura do trabalho, e como não podia deixar de ser, da cultura lúdica. E aí, o “coletivo” não apresenta grandes mudanças, pois as jovens denunciam quase que praticamente a mesma realidade machista.

Diante de tal cenário Deere (2004) relata que em 1995, após um encontro nacional que ocorreu em São Paulo, com a participação de 17 estados, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Entre as resoluções passadas no encontro estava a de se concentrar em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição. Ainda no relato de Deere (2004 p. 193-194):

Várias mulheres líderes do MST participaram da organização do encontro de fundação da ANMTR no final de 1995. Elas consideram que houve um salto qualitativo dentro do MST com relação à discussão das questões de gênero depois desse encontro. Elas organizaram o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST logo depois, o que levou à fundação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST em maio de 1996. O Coletivo logo publicou um panfleto, “A questão da mulher no MST”, com o subtítulo “Participando sem medo de ser mulher”. Esse documento aponta claramente para uma lacuna entre a teoria e a prática no MST, destacando o quanto as mulheres não foram suficientemente representadas na liderança. Além disso, embora um princípio básico do movimento, desde 1989, tenha sido dar um fim à discriminação das mulheres e promover sua participação, concluiu-se que isso não tinha sido alcançado na prática. Nessa publicação, o direito das mulheres à terra é diretamente tratado pela primeira vez. Uma das ações propostas é a organização “garantir que as mulheres tenham título da terra” e que, nas associações e cooperativas dos

assentamentos, seja garantido que as mulheres participem “em nível de igualdade” com os homens. Foi afirmado que seria necessária uma campanha maior para assegurar os nomes das mulheres, junto aos de seus maridos ou companheiros, nos registros de assentamento e nos títulos da terra. Além disso, foi admitido que uma pré-condição para as mulheres serem reconhecidas beneficiárias da reforma agrária era que elas tivessem os documentos pessoais exigidos. Assim, elas recomendavam que o movimento apoiasse e participasse fortemente da campanha de documentação organizada naquela época pela ANMTR. Mas até esse momento (1996, quando o primeiro censo da reforma agrária foi executado) nenhum outro esforço foi feito pelo MST para incentivar a participação de mulheres enquanto beneficiárias diretas da reforma agrária.

Schwendler (2003, p 2-3) aponta a organização com outras mulheres e a participação na luta pela terra como essenciais na reelaboração da identidade camponesa, tendo em vista que

a mulher aprende, a partir da vivência em outros espaços, a pensar e viver questões para além do cotidiano e do doméstico, ressignificando seu estar no mundo, sua presença como mulher na história, reaprendendo-se enquanto mulher Sem Terra. A mulher que busca lutar pelo direito à terra, à moradia, à participação, ao seu reconhecimento como trabalhadora da terra e da dignidade de seu gênero, reelabora também o papel de mulheres e homens na sociedade.

Neste contexto, a mulher, historicamente, teve que lutar mais que os homens para conquistar seus direitos. Ela lutou contra ao que supostamente as sociedades chamam de natural: o patriarcado. A este respeito, Tedeschi (2007)¹⁴, afirma que os diferentes momentos da história de vida das mulheres rurais colocam em xeque a identidade atribuída às mulheres, expondo a presença de um imaginário patriarcal definidor dos papéis.

14 TEDESCHI, Losandro Antônio 2007 Do silêncio a palavra: identidades e representações sociais de mulheres camponesas no Noroeste do RS *in* Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

3 MULHERES EM MOVIMENTO NO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE

Este trabalho é o relato vivido por mulheres camponesas assentadas que em meio à luta perderam seus medos¹⁵, lutaram, acamparam, foram despejadas, saíram em movimento em busca de terra, em busca de vida para si e para os seus, para constituir seu NPF-Núcleo de Produção Familiar¹⁶ e não sua propriedade¹⁷. Neste capítulo, iremos refletir sobre a história das mulheres do Assentamento Marcos Freire, o seu protagonismo na luta pela terra, as contradições de gênero que permeiam o modo de vida no campo, bem como a afirmação de uma identidade camponesa.

3.1 A luta pela terra e a formação do Assentamento Marcos Freire

A história das mulheres camponesas do Assentamento Marcos Freire tem início a partir de diferentes lugares e situações de vida. São arrendatárias, meeiras, sem terra, oriundas de diferentes locais do Paraná e do Brasil. Sua história se inscreve na luta pela permanência ou conquista da terra, condição fundamental para a produção e reprodução do modo de vida camponês. Neste contexto, as mulheres, junto com suas famílias, se organizam em movimentos sociais como forma de viabilizar o acesso a terra. Neste processo, destaca-se o papel do MST, que se constitui, em nível mundial, no maior movimento social de luta pela reforma agrária e pela transformação social.

A gênese do MST foi determinada por vários fatores. O principal foi o socioeconômico, especialmente as transformações que a agricultura brasileira

15 Muitas mulheres, quando, acompanhando seus maridos, companheiros, acabam ficando sozinhas nos barracos cuidando das crianças, uma vez que os homens saem para os trabalhos coletivos no próprio acampamento e/ou para trabalhar fora, afinal não se sabe se a ocupação durará um mês ou 10 anos.

16 NPF – Núcleo de Produção Familiar, adotar-se-á tal referida nomenclatura em substituição a terminologia de propriedade rural, pois considero que esta (re) afirma a posição capitalista da propriedade, uma vez que é contra este que se luta e põe-se em movimento: SISTEMA CAPITALISTA e em conformidade ao que afirma FERNANDES (2002) quando define assentamento como área rural onde são desenvolvidas atividades agrícolas e pecuárias. A formação de um assentamento começa quando os sem-terra ocupam um latifúndio, reivindicando a sua desapropriação para fins de reforma agrária, ou com a implantação de um projeto governamental com a mesma finalidade. A assentamento é formado por um conjunto de lotes que são unidades familiares de produção.

17 Para o IBGE é a condição do produtor que explora diretamente as terras de sua propriedade, inclusive por usufruto, herança, contrária à ocupação de terra.

sofreu na década de 1970. A implantação de uma agricultura a partir de então, radicalmente assentada nas práticas capitalistas, expulsou do campo, de maneira muito rápida, grande contingente de população, famílias inteiras que viviam como arrendatários, meeiros, posseiros, parceiros e até mesmo pequenos agricultores que, por fatores, diversos haviam perdido suas terras. Outro fator foi o processo de industrialização, chamado “milagre brasileiro”. Representativa parcela da população excedente no campo migrou para as cidades. A crise do processo de industrialização, chamada “década perdida” – década de 1980 -, somada a insucessos dos camponeses que migraram para o norte do país, obrigou os camponeses a resistirem e buscarem alternativas de luta pela terra nas regiões onde viviam.

Surgido em meados dos anos 80, o MST tem impulsionado o processo de construção da reforma agrária no Brasil através das ocupações de terra. Desse modo, embora tenha a participação do governo, a reforma agrária brasileira vem se afirmando através da luta do campesinato. A este respeito, Schreiner (2002) mostra que 77% dos assentamentos de reforma agrária, criados entre 1986 e 1997, resultaram de ocupações de áreas pelo MST e desapropriações de terras privadas, por ocupações de terras públicas, por transferência e reassentamentos de populações atingidas por projetos governamentais.

No Estado do Paraná, a luta pela terra avançou na década de 90, para atender ao objetivo maior: terra para nela habitar e produzir. Neste período, o Paraná se situa como um dos estados de maior conflito social, frente à resistência e organização do latifúndio para a manutenção da estrutura agrária. Na região centro oeste, um dos conflitos se situa na Fazenda Giacomet Marodin, com oitenta e três mil hectares.

Para pressionar a desapropriação desta área, o MST organizou em 26 de março de 1996 dois acampamentos às margens da rodovia BR 158, nos dois lados do latifúndio a ser ocupado, um no município de Saudades do Iguaçu com 548 famílias e outro, no município de Rio Bonito do Iguaçu com 3000 famílias. Tal estratégia era para organizar as famílias em grupos e prepará-las na organização coletiva. Esta ação durou aproximadamente 22 dias. Por fim, no dia 17 de abril de 1996, camponeses e camponesas saíram em filas de quilômetros, mulheres, crianças, homens..., marchando 23 km na BR 158 rumo ao que seria o maior

acampamento¹⁸ de Sem Terra da América Latina, com 3.000 famílias ocupando¹⁹ o latifúndio Giacomet Marodin²⁰, conforme fotos e mapa abaixo. Os Sem Terra se concentraram no Portão, firmaram acampamento no Buraco²¹, e mais tarde adentraram ao que chamaram de Sede para dar início à produção.



Foto:No portão do latifúndio da Giacomet Marodin, em 17 de abril de 1996. Sebastião Salgado, 1996.

18 Acampamento: "É um espaço de luta e resistência criado durante a ocupação da terra. Pode estar localizado em uma parte de um latifúndio, na beira da estrada ou em frente a prédios pertencentes ao governo. O acampamento é a forma como os sem-terra vêm a público revelando os seus problemas, desse modo também é uma forma de pressão dos sem-terra para agilizar as negociações referentes às suas reivindicações", (FERNANDES, 2003). Disponível em: <http://www.landless-voices.org> consultado em 20/12/2007.

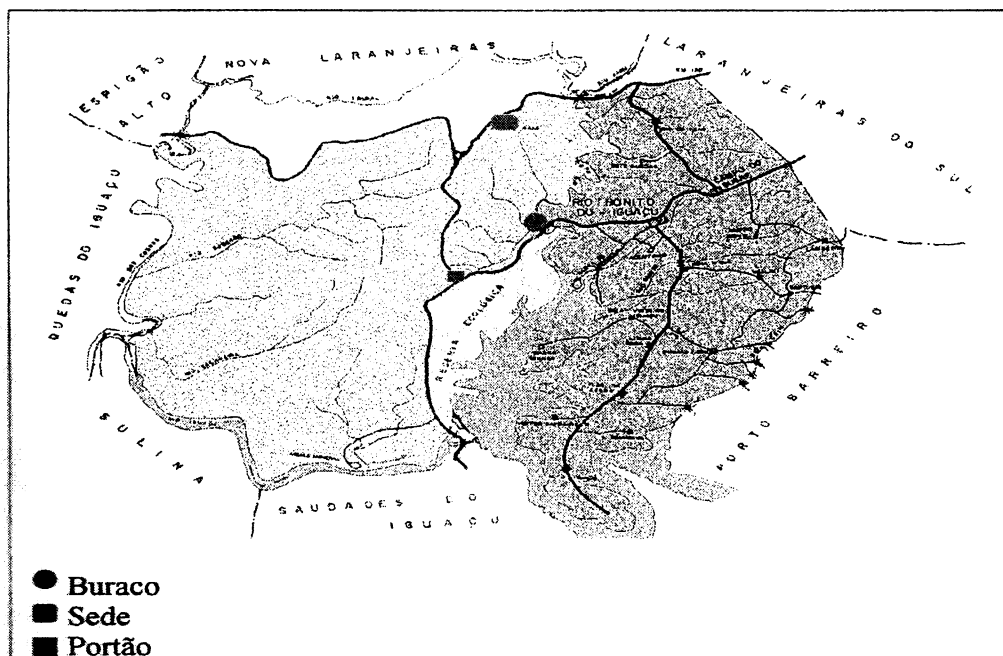
19 Ocupação: "É uma ação organizada das famílias sem-terra na apropriação de uma área, em um latifúndio, com objetivo de pressionar o governo para a desapropriação do latifundiário e a implantação de assentamento rural. Desse modo, é um espaço de luta e resistência e tem sido a principal forma de acesso à terra", (FERNANDES, 2003) Disponível em: <http://www.landless-voices.org> consultado em 20/12/2007.

20 Em março de 1997 a GIACOMET - MARODIN INDÚSTRIA DE MADEIRAS S.A. altera sua razão social para ARAUPEL S.A.(Resumo Público de Certificação de Araupel S/A, 2002)

21 assim denominado pelos acampados, por possuir a forma de um buraco



Foto: Organização do acampamento, após a ocupação de 17 de abril de 1996, na luta pela terra. Sebastião Salgado, 1996²².



Mapa de Rio Bonito do Iguaçu na Ocupação em abril/1996.
Fonte: Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, 1997.

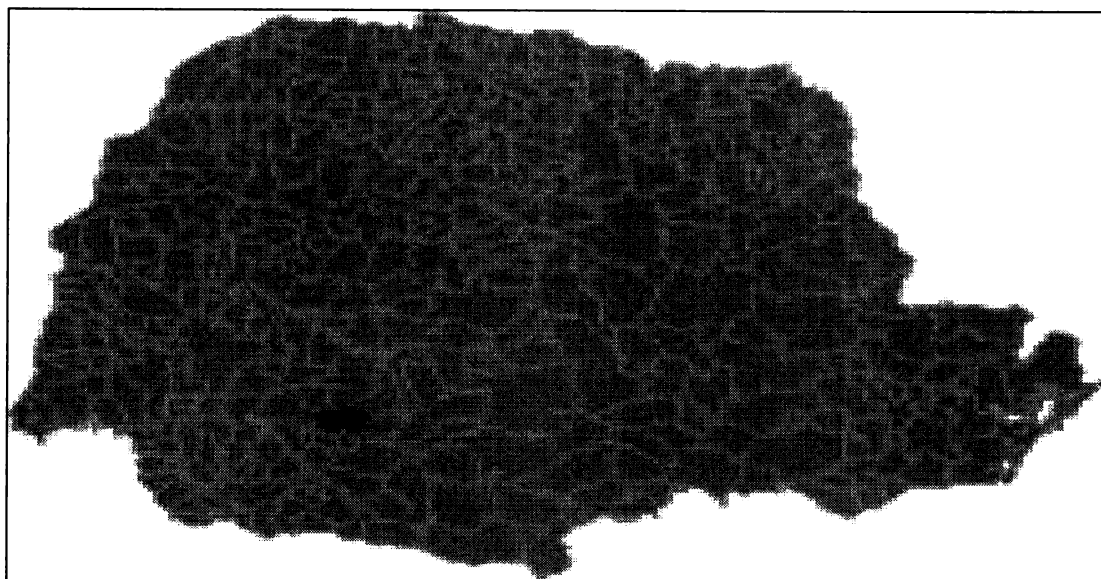
²² Disponível <http://www.landless-voices.org> consultado em 20/12/2007.

Finalmente, no ano de 1997, após um período intenso de luta e de organização coletiva, ocorre a desapropriação da área e a organização do Assentamento. O Assentamento Marcos Freire, onde situamos a presente pesquisa sobre as mulheres, é fruto da mesma ocupação, sendo legalizado somente em 1997 e o nome é dado em homenagem a um companheiro de luta, pertence ao município de Rio Bonito do Iguçu. Segundo o IBGE/IPARDES (IBGE, 2007) existem atualmente 8.454 habitantes/1.954 famílias em Rio Bonito do Iguçu, grande parte ainda em situação de pobreza.²³ Este município foi desmembrado em 1993 de Laranjeiras do Sul. De acordo com o Censo Demográfico de 2007 a população riobonitense é de 14.450²⁴ habitantes (IBGE, 2007), ocupando uma área de 746,12 km² representando 0,37 % do Estado, 0,13 % da Região e 0,01 % de todo o território brasileiro.

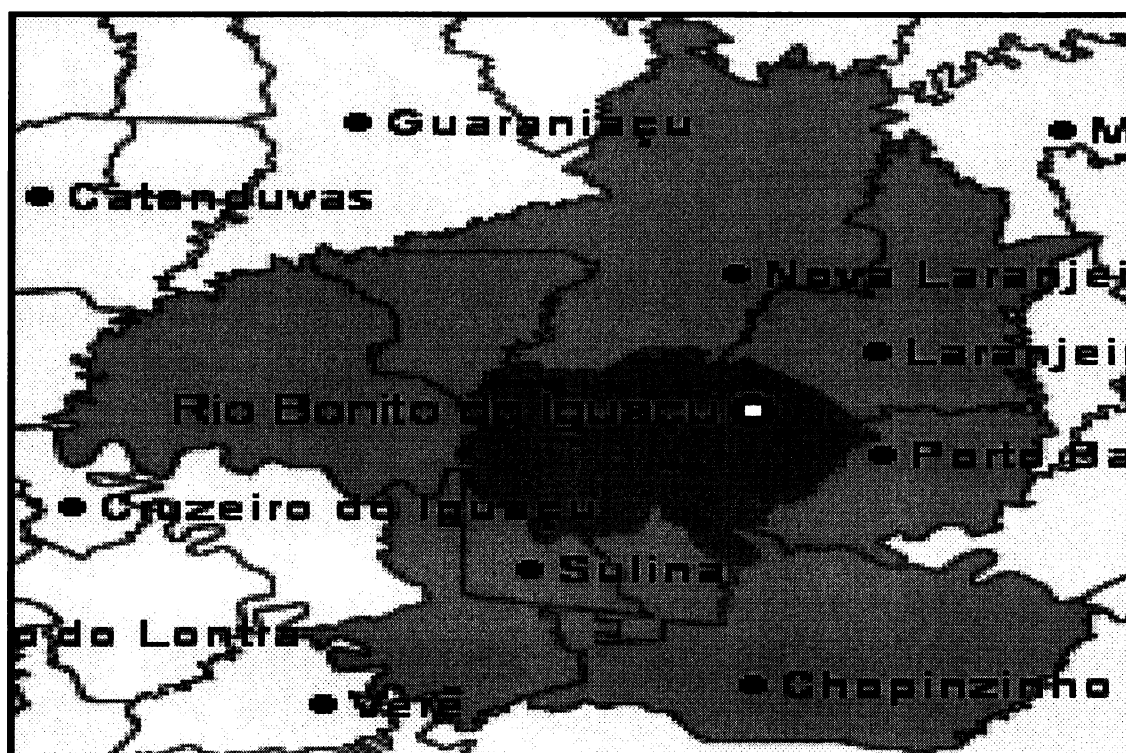
A economia antes da ocupação e desapropriação era baseada na agricultura e na pecuária, com um total do município de 900 famílias produzindo, em torno de 37.485 toneladas e o latifúndio eram formados por reflorestamento de pinus. A emissão do Auto de Emissão de Posse foi em 08/05/1997. De acordo com o IBGE (2007) a produção do município é de aproximadamente 110.073 toneladas com 2.400 famílias produtoras (IBGE, 2007), o que demonstra a importância da reforma agrária dentro da política de desenvolvimento.

²³ Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda per capita de até ½ salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são oriundos dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IPARDES.

²⁴ Fonte: IBGE/DPE/COPIS, de 01/04/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05/10/2007 enviado ao TCU em 14/11/2007.



Fonte: MuniNet, IPARDES, 2007.



Localização e Limites do Município de Rio Bonito do Iguçu-PR
Fonte: MuniNet, IPARDES, 2007.

3.2 A construção da identidade camponesa: entre a luta e as contradições sócio-econômico-culturais

As mulheres que ocuparam a Fazenda Giacomet Marodin, vieram com suas famílias, de diferentes locais do Paraná e do Brasil. Dona Olivete Scarsi, 45 anos, casada, três filhas, que morava em Sertãozinho – Guarani do Cristo Rei e por fim em Porto Barreiro, em seu relato emocionado revela a vida de luta e sacrifícios em trabalhar como arrendatária:

nóis morava lá no Guarani do Cavernoso que é município do Porto Barreiro agora nós morava lá e daí nós trabalhava de arrendatário...lá na terra dele nós e a pirambeira pior era o que eles davam e que daí nossa eu trabaiava quase morria e quando chegava no final do ano que coía daí o veio numa parte era bom ele fornecia né a compra e tudo mas quando chegava né a gente colhia ne sobrava as vezes pra compra um pacote de açúcar de dois quilos né é e daí a gente iam levando a vida e daí um belo dia chega eles era do INCRA . Como que eles eram? Do Incra e como era o nome deles ele era do INCRA chegou lá numa Toyota né e tudo e ele falou que nós tinha direito e que aquela terra não tinha documento nenhum, e pelos anos que fazia que nós morava lá e nós tinha direito na terra e ele fez cadastro de tudo né e daí e quando eles viram que o povo começou né a se agiliza abriram o zóio , eles fizeram um cambalacho lá e pagaram e foram policiamento lá e despejo quase tudo de a comadre Terezinha do Paliano né foi despejado e daí nós não fumo despejado só que daí o Aldo vendeu as roça que tinha e tudo e saímo né entremo num acordo e saímo e daí ele sempre dizia Verônica pra nós pará de ruá e consegui um pedaço de terra pra nós trabaia e só enfrentando um acampamento e lutando pra consegui senão porque já fazia quero vê quantos anos? Acho que uns 15 anos né que nós era casado e e só rolando e nunca sobrava nada e sempre cada vez pior. (choro...)

A necessidade, a exclusão social que advém da má distribuição de renda, fizeram com que D.Maria da Conceição, 26 anos, casada, mãe de dois filhos viesse de Belém do Pará para São Paulo, Cascavel e finalmente Rio Bonito do Iguazu para acampar com seu companheiro. Mesmo sem ter inicialmente a raiz de origem camponesa, a identidade com a terra, com o fazer do campo, identifica D. Maria e impõe uma condição de pertença à terra, como nos revela no relato abaixo.

quando eu morava em Belém, é assim uma cidadinha pequena que você vê você pode observa não é um luxo , sabe perto de São Paulo que você vê só carro, prédio e isso e aquilo que você enjoa de olha, Belém é uma cidade pequena é um lugar assim tipo que eu acho que eu me acertei a mora no sitio já por causa disso eu gosto de coisa quieto eu gosto sabe de vê chero de verde eu gosto de terra sabe eu adoro gente do céu!! quando eu to fuçando a terra e eu sinto aquele cheiro meu, Deus não tem coisa mais agradável eu

falo pro meu marido eu chego de tarde eu vo vê ele lá tira leite porque é uma coisa que eu não sei, não eu já tentei tira leite, eu tiro bem poquinho, perco pro meu filho de oito ano eu falo, eu não tenho vergonha porque eu nunca fui do sítio eu falo, meu marido, fala gente, vergonha não é porque eu tento aprende pra mim... eu nunca fui do sitio sempre da cidade sempre no conforto como dizia a minha mãe, então, pra mim é um sonho de te o meu sitio os meu filho, o meu marido graças a Deus a minha família que eu tenho

Caldart (2000 p. 16) afirma que na pertença ao movimento, a terra se constitui matriz formadora fundamental da história e do destino do campesinato.

Olhemos para a história da formação deste novo sujeito social chamado Sem Terra buscando enxergar nele uma pedagogia, ou seja, um modo de produzir gente, seres humanos que assumem coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino social e humano.

Neste contexto de luta pela terra e de organização da vida no assentamento, a identidade campesina da mulher se define no seu vínculo com o modo de organização e produção da vida no campo, com as relações comunitárias, com a organicidade da luta social. A este respeito, Rosália, 36 anos, mulher camponesa, professora, mãe de três meninas e esposa, assim se manifesta:

hoje assim, eu sou mais mulher, porque você tem uma ligação mais direta com tudo. Com as entidades, é com as pessoas, tipo assim, em Curitiba se você passa pelas pessoas sim, por mais que você conheça como pessoa assim, mas você só passa por elas e no assentamento você tem aquele contato direto com as pessoas você conversa, você tem a tua ação mesmo sendo no seu trabalho, no dia – a – dia ou as outras ações que vão surgindo você tem o contato direto, você conversa com as pessoas, você troca idéia, dialoga, você encaminha junto, você tem aquela preocupação você sente mais gente, mais pessoa, mais mulher mesmo, eu acho assim se eu continuasse, talvez em São João não seria tão difícil, mas Curitiba no caso assim, seria mais eu e a minha família, aqui não, aqui é você, tem, é você a tua família e um da comunidade junto com você aqui é mais assim você sente mais viva, mais viva.

Rosália afirma ainda:

Eu até se pudesse gostaria de estar em outro lugar, mas aqui está bom de viver, temos bons vizinhos, a nossa terra é boa, temos que plantar os produtos, dentro do assentamento você não vê discriminação, é todo mundo igual porque lá onde nós morávamos ficávamos no meio os ricos, aqui, ninguém vai te olhar de baixo a cima, porque você está de chinelo, então é uma coisa boa assim aqui porque não temos rumores entre nós, na comunidade, vamos dizer uma discriminação entre nós, eu sou mais, e você é menos, então é bom de viver aqui por isso.

Para Laureano (2007) a maior vitória, conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, foi o resgate histórico dos povos do campo, com

nome e sobrenome, foi transformar as pessoas sem rosto, sem identidade em sujeitos. Para Fernandes (1996, p. 236),

O assentamento significa também "a busca do recomeço como novos sujeitos"... é a possibilidade da recriação das dimensões do espaço social e do próprio movimento... é resultado de um projeto de transformação para a conquista da condição de cidadãos.

Para as mulheres, a participação no movimento dos trabalhadores não é motivada por reivindicações específicas somente de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. No contexto da luta, o que mobilizava era o re-conhecimento de pertencer à determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva. (MST, 2004). Embora em um primeiro momento a vida política da mulher esteja ligada a do homem, seja no acampamento ou no assentamento, aos poucos pela participação ela vai se desvinculando e ganhando autonomia. Neste sentido, destaca-se o papel do MST, na constituição de uma identidade política de classe social forjada na luta pela terra.

O estudo da história do movimento, a sua visão estratégica, com a qual construíram uma ação autônoma a partir do olhar crítico de experiências dos movimentos que o antecederam, somado à experiência de outros povos que fortaleceram suas identidades frente à pressão hegemônica do capitalismo, faz do MST um movimento ímpar em sua atuação... Por tudo isso, constata ser importante mostrar a identidade do MST. Não apenas a identidade marcada na diferença, na relação com o outro, mas de um sujeito histórico que marca muito bem a sua época, e que deixa "o traço vermelho perene da sua bandeira" na dimensão universal das idéias que representa. O MST é hoje reconhecido como o sujeito histórico que melhor representa o esforço da afirmação da identidade de um povo no Estado Nacional. Representa o inconformismo, com o modelo de exclusão que marca a história do Brasil reduzido à condição de colônia e, sobretudo, conforme afirmado acima, a história e exclusão, violência e preconceito que marca profundamente os camponeses. (LAUREANO, 2007, p. 34-35).

As palavras de Kelly (2007) mulher jovem assentada, filha de D. Olivete Scarsi, também revelam o significado para a mulher camponesa, de ter autonomia em relação à terra e ao trabalho.

Algo assim que minha mãe sempre fala. Ela diz olha eu estou tirando 9 vacas de leite, antes eu tinha uma só que mal dava pra nós comer. E está casa que eu posso dizer é minha eu posso entra lá dentro e dormi até a hora que eu quiser. Tenho um lote que posso plantar tirar de lá o sustento da família, eu tenho é tudo o que vejo aqui é meu que nunca tive que eu nunca pensei assim que um dia eu que pudesse ter, que eu olhasse e dissesse olha essa vaca é minha é minha só minha, que no final do ano, assim é a produção de leite vai ser só meu, que não vou ter que dividir lá com o patrão e ficar com a

migalha do que ele resolvia dar pra gente então é isso é que mudou bastante a gente lutou, batalhando , foi debaixo de barraco é isso ninguém vai negar, soframos era bem difícil, mas hoje mudou.

Este depoimento, também deixa claro, a divisão sexual do trabalho presente na organização do modo de vida camponês, a qual perpassa a própria organicidade da luta pela terra. A este respeito, Kergoat (1996) afirma que as condições em que os homens e mulheres vivem não são produtos, a priori, do destino biológico, mas, antes de tudo, de construção social. Homens e mulheres não se constituem de modo distinto, mas formam dois grupos sociais que estão inseridos em uma sociedade de relações sociais específicas. Neste caso a luta pela terra, as dificuldades do acampamento não se distinguem para homens e mulheres, mas fazem parte da construção de um novo paradigma onde ambos, lado a lado, lutam por um objetivo comum: a terra.

Esta perspectiva é reafirmada na pesquisa empírica. As mulheres entrevistadas não pensavam estarem num movimento com bandeiras, ações próprias, pois, para elas, o objetivo central era conseguir terra junto com seus maridos, bem como direitos sociais e deixar de vez a exploração do latifúndio. Neste contexto, a visibilidade da mulher camponesa vem sendo construída na luta de classe, e em alguns, momento, no enfrentamento das questões de gênero. No contexto da própria luta, a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade histórica do trabalho da mulher são reafirmadas quando o homem deixa a mulher no acampamento, com as crianças e sai em busca de uma forma de rendimento, como constata Rowbotham (1983, p. 121-122)

Todo homem é forçado a usar do dispêndio de sua mulher na família a fim de “ganhar” dinheiro na forma de salário. Para sobreviver ele depende do “não-trabalho” dela e está condicionado a ver o mundo através da ótica masculina da evolução e persistência do poder do homem. No processo da luta de classes existe, entre o homem e a mulher, um conflito que exige a reorganização tanto do trabalho doméstico como o do industrial. Embora os meios de produção sejam socialmente possuídos e controlados, as mulheres continuam a fazer parte dos meios de produção para o homem individual na família.

Mantega (1979) salienta que a história da humanidade tem sido a história da dominação, e as sociedades autoritárias têm criado os mecanismos pelos quais os indivíduos são predispostos mentalmente para a aceitação e reprodução do sistema autoritário. O condicionamento autoritário começa no berço, quando a

criança entra em contato na família patriarcal e, desde cedo, é treinada a viver dentro de certos papéis sociais e sexuais.

Neste contexto, situa-se a aceitação passiva das mulheres frente a um papel social, construído e definido social e historicamente. Sobre este assunto, D. Olivete Scarsi (2007) assim se expressa:

A mulher está acomodada bastante, assim, acho que há eu, três filhos, vem mais um há Deus quis assim, tenho dez filhos vem mais um Deus quis assim e vou ficando ali é naquele mundinho, nunca reivindicam, nunca lutam pelos próprios direitos. Fica ali muito acomodada, não vê que a vida não é só ali que não é só ser com o, perdão da palavra uma criadeira, ficando ali tendo vários filhos, ali sem pode dar uma vida digna pra cada um deles e ainda dizendo: Deus quis assim e assim vai ser.

O papel da mulher é idealizado na relação de poder que ocupa no espaço privado, enfrentando a situação de participação nas atividades de militância, condicionada à participação do homem e, deixada de lado em função do papel que ele ocupa no espaço público como aquele que resolve e determina a ação da mulher, como revela D. Roseli Knoph: “eu participo pouco né, participava de clube de mães, agora, saí porque o Sergio sai muito, não participo quase de nada né..

As mulheres entrevistadas revelaram que nos espaços ocupados majoritariamente por mulheres, como os setores de educação e saúde, vistos historicamente como espaços públicos a serem ocupados pelo universo feminino, ainda encontram certa dificuldade para participar. Há relatos das mulheres de que os homens não deixam e não oportunizam que suas companheiras participem, ou de que as próprias mulheres discriminam a mulher em função de ocupar coordenações ou participar de encontros de formação fora do assentamento, ou ainda em ambientes dominados por homens. Como afirma D. Maria Baim, que primeiramente participa de atividades ligadas à igreja e depois se dedica as demais atividades, não sem abrir mão quando o Senhor Orlando precisa participar de alguma reunião, onde esta fica com os afazeres domésticos e ele sai para a militância.

As mulheres camponesas relatam que tiveram diversos tipos de sofrimento no processo de ocupação e na consolidação do assentamento:

Ah, antes a eu pelo menos nunca nem conhecia quase lugar nenhum, a gente não saía, né depois que eu casei, daí nós fumo mora de agregado, depois que casemo, daí nós não tinha terra, a terra era muito poquinho lá daí tinha que dá quase tudo pro patrão que coía, é a par de um rio que a maioria hoje é embaixo da água, né... Acho quando eu tava um ano acampada já valeu por tudo aqueles anos de vida que eu tinha tudo que eu vivi né de diferente... Conhecendo, vê o sofrimento do povo né a gente também sofre como nunca tinha

sofrido. Passava crise né... De o Orlando sempre saindo pras reunião eu ficava sozinha , ficava chorando de medo , que não queria fica , mas não adiantava ia igual daí quando eu tava esperando a Jaqueline ele foi preso , quase perdi a Jaqueline dentro de um ônibus.

O acesso à terra – mais do que uma simples política social compensatória de combate à pobreza, de apropriação do mínimo para as condições de vida do ser humano, é a possibilidade da (re) construção de identidades e porque não de cidadania no campo. A luta pela terra, vivida pelas mulheres assentadas no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguçu, representa uma aventura em busca de um lugar de oportunidades e na quebra da dicotomização do trabalho da mulher camponesa no espaço privado e no espaço público. Tal realidade é vivida pelas mulheres de modo direto quanto elas se apresentam para as atividades de militância e acabam tendo que ficar em casa para cuidar de coisas de mulher.

De acordo com Melo (2001, p. 175):

A mulher entra na vida pública, mas não abandona mesmo na luta, o espaço privado, pois ela ainda continua sendo a responsável pela vida do lar, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas. Apesar de serem mantidas muitas das antigas relações entre homens e mulheres, trazidas da experiência anterior à luta, a vivência de novas relações no espaço da luta deixa suas marcas, ficam na memória enquanto significações e podem ser mantidas ou recobradas em situações concomitantes ou posteriores.

A própria mulher, apesar dos avanços, tem, muitas vezes, inúmeras dificuldades para assumir uma participação mais política na luta social e na produção, especialmente em espaços, tidos historicamente como masculinos. A este respeito, Ferrante (apud SCHWENDLER, 2003) destaca a tímida participação das mulheres nos espaços de discussão, de deliberação, de decisões políticas, tendo em vista que em reuniões e assembléias elas se colocam próximo às portas, como se estivessem a sair de um espaço que não lhes pertence. Este fato, já evidenciado nos estudos de Schwendler (2003), é confirmado pelas mulheres entrevistadas, quando estas assumem somente as funções que lhes foram determinadas historicamente, uma vez que a oposição trabalho pesado e trabalho leve, associados, respectivamente, aos homens e às mulheres é, entre outros elementos, um dos critérios idealmente organizadores da distribuição de tarefas. Quando um trabalho é considerado leve ou quando a produção se refere “às miudezas” é feito pelas mulheres e crianças e quando exige grande esforço, a tarefa fica para o homem, como lembram D Olivete e D Rosa.

O trabalho leve e pesado na lavoura, desempenhado no núcleo de produção familiar, é determinado pela divisão sexual do trabalho. Neste contexto, o trabalho é considerado leve ou pesado, dependendo de quem o executa. Neste caso, é visto como leve quando é desempenhado pela mulher e pesado, quando é feito pelo homem. Esta situação já presente em estudos anteriores, como de Paulilo (2004) fica evidenciado nas entrelinhas das entrevistas, pois a presença dos homens, no momento da entrevista, tornava as mulheres mais inibidas para expressar-se livremente, colocando-as também com a voz determinada pelo macho-homem-marido-chefe da família. No assentamento estudado, por exemplo, o fato da capina com enxada para preparação de canteiros para a horta ser visto como trabalho pesado e, portanto, do homem, coloca a mulher numa situação de dependência no tocante ao preparo da terra, à funções que até então, eram vistas como sendo das mulheres.

Além da histórica divisão sexual do trabalho, a dependência histórica da mulher em relação ao homem, em termos financeiros, de negociação, de decisão sobre a produção, da própria decisão política limitam o pensar e o agir da mulher, definindo sua identidade como camponesa, como revelado por Carla, mulher, jovem assentada, militante do MST, que junto com seus pais compraram o lote no assentamento.

Maiores dificuldades em ser mulher assentada, eu sinto é quando a mulher é muito dependente do homem, pra começa dentro de casa né, quanto filha qualquer coisa que eu vá fazer eu dependo não tantas vezes da mãe a mãe pode dizer sim mas eu dependo do sim do pai pra mim fazer. O pai ainda é aquela pessoa que dá a linha da casa que diz como as coisas vão funcionar por mais que a gente participe e diga vamos plantar milho, vamos plantar feijão, né participe discussão, mas ele dá o tom vamos dizer da conversa né, assim eu vejo com a mãe, assim vejo com a Paula e eu vejo com a mulher na sociedade uma dependência do homem muito grande. É as vezes a mulher se fecha nesta caixinha né não se permite liberta disso, por medo, por influência, por medo do que os outros vão dizer, na maioria das vezes e por medo ou por medo de expressar e de libertar aquela mulher também que tem dentro dela eu acho que são assim as vezes a gente põe umas máscaras né pra viver pra fazer o dia a dia que não é o que a gente deseja né as vezes você quer fazer totalmente diferente do que tá fazendo no momento mas, acha a maior dificuldade é essa dependência por achar, depende, assim da,

Neste mesmo sentido, Carla afirma:

... a linha tem que ser dada pelo homem é por mais que eu participe mas quem dá o tom quem diz, quem pensa né, é o homem eu vejo isso na sociedade como um todo. E daí quando a mulher as vezes vai

faze esse papel o preconceito é enorme né qualquer coisa que de errado só tinha que te sido pensado por uma mulher ta ai né, e ai (loira né)... o que acontece digamos assim tinha que se loira se for errado tinha que se uma loira mesmo, loira burra. E o mais triste é quando a gente quanto a mulher repete isso porque eu vejo muito assim né as vezes a gente mesmo tem preconceito com a gente né, a gente mesmo se coloca dependente do homem você mesmo taxa-se como, como que é aquela palavra assim a gente é um ser muito frágil será que somos tão frágil assim né, acho que não a gente é muito forte.

No espaço da luta pela terra, na organização do assentamento, na dinâmica do modo de vida camponês, (re) produz-se cotidianamente a discriminação contra a mulher, e (re) afirmam-se determinados papéis sociais, construídos socialmente e que definem o ser camponesa. As mulheres assentadas entrevistadas apresentam níveis elevados de auto-desvalorização, o que se deve, entre outros fatores, ao papel que historicamente têm vivido como mulher, ao fato de não estarem mais diretamente ligadas a um movimento social e/ou por não terem participado da luta pela conquista da terra. Fatores como o modelo capitalista de desenvolvimento econômico no campo, a não participação em movimentos sociais, à falta de articulação interna no assentamento favorece a desvinculação do processo de luta para a manutenção da produção camponesa.

Muitos dos homens camponeses, ainda olham com desconfiança quando a mulher alcança certa independência financeira através da venda da produção excedente das “miudezas”, pois isso significa certo poder e independência para as mulheres, alcançado com a produção não para o mercado, mas para a vida e existência da vida. O que elas afirmam é que as tarefas domésticas não se ajustam à idéia dominante do trabalho, sendo descrita como aquela que não trabalha, pois mesmo constituindo produção socialmente útil, não-comercializado, não tem valor. Tal fato se observa na prioritária obtenção do lucro na produção não para consumo, mas para manutenção da produção capitalista, em que muitas vezes expropria a vida das mulheres camponesas.

No campo, a força de trabalho feminina permanece ignorada, da mesma forma e pela mesma razão que não se atribui à força da classe trabalhadora seu verdadeiro valor, obscurecida pelas mesmas e iguais razões em que a mão-de-obra urbana e de outros grupos de trabalhadores, não recebem reconhecimento pela sua força de trabalho. A situação se agrava quando se coloca a opressão feminina

como algo natural. Além disso, coloca-se o sistema capitalista e o sistema agro-exportador que ainda cerceia o Brasil na sua produção, também como algo natural.

A conexão da mulher camponesa à (re) afirmação de sua identidade como mulher camponesa não é homogênea, nem uniforme, mesmo tendo como pano de fundo a luta de classes, mas é assimétrica e heterogênea. Isto fica claro quando as mulheres entrevistadas, mesmo aquelas que não tiveram seus pais ligados diretamente à terra, manifestam que a terra e a luta dentro de um movimento social, são essenciais para construir um futuro diferente para si e para seus filhos.

Compreender os sentidos construídos pelas mulheres nos espaços internos de subjetivação de uma identidade de mulher sem terra na ocupação ou no assentamento é fundamental potencializar o processo de emancipação política da mulher camponesa. Isto implica em estar atento naquilo que elas expressam nas suas formas de organização, seus modos de agir, suas reivindicações, conflitos vivenciados nas relações internas e externas e as ações de reconhecimento desse sujeito social pelo gênero masculino, feminino e pelo próprio Movimento. O MST como sendo um movimento social que defende, trabalha e luta pela e para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra, instiga vontades e a consciência para ação política coletiva pautada na construção e alicerce da unidade dos trabalhadores e organização da luta de classes.

Muitos dos sujeitos e das mulheres camponesas ocuparam terra. Não por consciência, mas por necessidade, o que torna a ação do movimento social mais desafiante em discutir e implementar consciência política da luta de classes e gênero. Neste sentido, pode-se afirmar que a participação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem se constituído como elemento decisivo para a afirmação da identidade como mulher camponesa, assim como o modelo de produção capitalista tem sido determinante para a negação do modelo de produção e reprodução da vida e para a afirmação da identidade da mulher camponesa.

(DES) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que, para compreendermos os caminhos trilhados pelos movimentos de mulheres rurais não é suficiente analisá-los apenas através da perspectiva teórica de gênero. Nesses termos, buscou-se demonstrar que muitos estudos sobre estes movimentos refletem o discurso político destes e se legitimam, sobretudo pela sua natureza de intervenção, dentro e fora da academia, feita nos discursos que compõem as falas com as quais dialoga. Ou seja, que tais análises partem do mesmo recorte dado pelos movimentos, através do que seriam as questões específicas das mulheres no campo, da potencialidade de suas lutas na promoção de transformações significativas das relações sociais tidas como desiguais e opressoras. E que assim, certos aspectos foram e são colocados como secundários, para as mulheres assentadas, como por exemplo, o financiamento da produção, uma organização para as mulheres levando em conta suas reais necessidades, o resgate e afirmação de uma economia para além do mercado capitalista que leve em conta a realidade em que estão imersas no assentamento.

Não são as mulheres que não querem mais produzir suas miudezas. É a leitura do que seriam as miudezas na atualidade que modificou, pois antes, sem o avanço do capitalismo no campo, a ação das mulheres era mais visível, tendo em vista que o mercado não lhes impunha tão drasticamente formas de consumo como na atualidade. Eram elas as responsáveis pela produção e, geralmente, pelo controle da produção do leite. Na medida, que esta produção é ampliada, como forma de fonte de renda principal na família, o controle da produção, passa, na maioria das vezes, a ser assumido pelo homem.

Na oposição entre a luta de classes as mulheres sempre têm saído perdendo, não sem, contudo lutar, se para as mulheres que vivem na urbanidade a negação do ser mulher já é explícito na mercantilização de seu corpo, para a mulher camponesa a negação do ser mulher é mais acintosa ainda, pois além da mercantilização de seu corpo ela enfrenta a dicotomia entre os espaço privado – do lar e do espaço público, aqui entendido como a militância.

Muito embora se constate que a mulher camponesa do assentamento Marcos Freire tenha sua identidade negada pelo sistema da divisão sexual do trabalho e pela luta de classes, ela ainda mantém de modo ferrenho sua identidade de mulher camponesa, no que se refere, à manutenção de aspectos históricos de

sua identidade. Isto fica bem evidente nos relatos de Rosália e Maria Conceição, que mesmo tendo se afastado da convivência com a terra, ainda mantém fortes vínculos com a sua história de vida e lutam para manter e assegurar suas vidas e características de mulheres assentadas. Embora tenha adquirido a terra através da compra, Rosália, por exemplo, se engajou na luta pela terra e na militância na causa da educação e do assentamento. Quanto a Maria da Conceição, D. Catarina, D. Roseli Knoph, D. Maria Baim, D. Olivete Scarsi, estas forjaram sua identidade de mulher camponesa na luta pela terra, mantendo, após a passagem pelo acampamento, forte vínculo com a terra. Mesmo Maria da Conceição e Rosália tenham que manter um trabalho assalariado para continuarem na terra, elas não abrem mão da conquista que o núcleo de produção familiar representa para suas vidas e a vida de suas famílias.

Nesta pesquisa, buscamos apontar os limites, os considerado como um obstáculo e, ao mesmo tempo, como desafios de estudo e de luta social. Estudos posteriores se fazem necessário com referência específica ao ser mulher assentada e sua relação com o financiamento da produção, a relação entre o mercado e o trabalho da mulher camponesa. Além disso, os silêncios das vozes das mulheres camponesas requerem maior aprofundamento. Isto me inquietou, posto que na maioria das entrevistas os homens estivessem presentes e há que se destacar a fala da mulher-jovem-camponesa Carla Loop, quando afirma que tudo ainda depende do aval do pai, mesmo ela sendo uma mulher inserida no MST, pela educação. Esta subordinação precisa ser compreendida, como parte da história das relações sociais de gênero, reproduzidas cotidianamente e, ainda não enfrentadas suficientemente pela próprias mulheres.

Pensar a questão da participação das mulheres, crianças, jovens idosas, na esfera produtiva do assentamento e de inserção nos movimentos sociais pressupõe pensar e repensar a categoria trabalho e gênero. Levo em conta que a entrada da mulher na esfera produtiva foi um dos elementos de suma importância para a conquista de direitos, pois se elas não tivessem saído à luta quando precisavam de creches para seus/suas filhos/as, após entrarem nas frentes de trabalho nas fábricas, no pós-guerra, não teríamos com certeza tantos outros direitos já adquiridos. Contudo não se deve deixar de ponderar que isso não é isolado, pois não mudou a situação do homem e do patriarcado.

Seria ingênuo considerar que as mudanças no sistema de produção capitalista afetam igualmente homens e mulheres, tendo em vista que a histórica divisão sexual, fruto de uma ideologia patriarcal interfere na forma societal como se organizam o trabalho do homem e o trabalho da mulher, o que se evidencia mesmo nas famílias mais interativas e participativas do assentamento, visto que na maioria das vezes, os homens militam e as mulheres participam e comparecem às reuniões e assembléias.

A participação das mulheres no MST, constituiu-se como elemento articulador entre a mudança enquanto gênero e classe e das mudanças no modo de organização da produção da vida no assentamento. Valores como organização, coletividade e participação ficaram de modo subjetivo inseridos na vida das mulheres camponesas após o assentamento, a ponto de as mesmas dedicarem-se para que suas filhas não sigam o mesmo caminho, isto é, que tenham que submeter-se ao jugo de ser meeiras, bóia-fria..., como tentativa de superação da dominação a que estavam submetidas. Após os estudos, resta-nos uma pergunta: como superar a dicotomia presente entre a ocupação e o processo de organicidade da luta com a posterior organicidade da vida e da produção no assentamento, no tocante ao ser mulher camponesa?

Faz-se necessário primeiramente romper com qualquer concepção dicotômica da realidade evitando separar o privado do público para a mulher camponesa. Estes dois espaços não possuem divisões ou fronteiras tão explícitas, pois há um processo permanente de interações e intercâmbios que precisam ser levados em conta nas análises, sem, no entanto, perder as especificidades e identidades de cada um. Em segundo lugar, é fundamental considerar que as lutas dos movimentos sociais, especificamente do MST, no campo não se restringem as lutas para derrubar o latifúndio e manutenção dos camponeses. Ultrapassam a luta pelo acesso aos meios de produção e se transformam em um processo de construção de sujeitos políticos, recriando relações sociais e transformando o espaço rural na constituição de uma nova sociedade, o que passa, necessariamente, pela recriação das relações de gênero e pela luta de classes.

Pela pesquisa realizada ousaria dizer que os elementos que contribuíram para reafirmar a identidade da mulher camponesa são inerentes ao próprio ser mulher, em sua ligação com a vida e o modo de produção camponês, fato este que não é exclusividade da mulher camponesa, mas é algo do homem

camponês também. Na afirmação da identidade da mulher camponesa na modernidade está o fato do mercado capitalista interferir diretamente no modo de produção camponês, o que implica uma luta constante em termos de enfrentamento de uma ideologia capitalista e patriarcal no contexto social.

Dentre os objetivos intencionais desta pesquisa, os limites que se impuseram na análise do modelo de produção marcado pela Revolução Verde, na década de 1950 e o Agronegócio na atualidade e sua influência na identidade da mulher camponesa, foram a não abordagem da influência do modo de produção do agronegócio e a relação com a produção camponesa, embora alguns aspectos tenham surgido superficialmente como, por exemplo, a presença e influência das plantações extensivas de soja, fumo, eucalipto e pinus, marcando na atualidade a luta da mulher para continuar mediando a produção para a sobrevivência dos entes familiares.

Inegável é a influência do MST na (re) construção da identidade da mulher camponesa, sendo o elo entre a solução dos problemas da desigualdade social, opressão e exclusão. A compreensão da identidade da mulher camponesa quando esta participa de movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se constituiu o grande eixo articulador da pesquisa – identidade – movimento social – mulher. As conseqüências para a mulher camponesa assentada quando ela se afasta, ou não está inserida nos movimentos sociais fica marcada pelo afastamento da luta de classes e, portanto a manutenção da exclusão e a luta individual pelos direitos das mulheres, que frequentemente não avança. Neste sentido, pode-se afirmar que a participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem se constituído em um elemento decisivo para a afirmação da identidade como mulher camponesa.

Finalizando, porém não concluindo ousaria dizer que alguns aspectos não abordados neste trabalho de pesquisa necessitariam de posteriores e amplos estudos com relação à produção camponesa *versus* produção do agronegócio bem como do silêncio das vozes das mulheres, apontando a relação entre a dominação do patriarcado e a sujeição da luta de classes. Ainda, como a educação da mulher camponesa interfere em sua ação-mediação no sentido de superação da dicotomia luta de classes e gênero?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam e **SILVA**, Rocicleide da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **Processo de trabalho e ciências sociais: a contribuição do GT 'Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 9, 1985, Águas de São Pedro, SP. *Anais...* São Pedro, 1985.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90**. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.166, p. 19-35, nov./dez.. 1996.

ALBUQUERQUE, Ligia e **RUFINO**, Isaura. **Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária**. In: Lena Lavinias (org.). *Anais do seminário mulheres rurais: identidades e luta política*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

ANMTR - MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, 2001, Passo Fundo RS

ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária Ltda. 1981.

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, Eva. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1982.

BRASIL. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Agricultura Brasileira em números: anuário 2004*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 21 outubro de 2007.

BRASIL. DIEESE - Estatísticas do meio rural / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. — São Paulo : DIEESE, 2006.

BRASIL, Diário Oficial da União, 5 de março de 2001.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. *Cadernos Pagu*, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

_____. **Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico**. In: NICHOLSON, J. Linda (Org.). *Feminismo/posmodernismo*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 1992.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

BORBA, Ângela. **FARIA**, Nalu. **GODINHO**, Tatau. (organizadoras). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores São Paulo**: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Os Movimentos Sociais e a Construção da Escola (do sonho) Possível**. In: Contexto e Educação. Ijuí: UNIJUÍ, Ano 10, n 41, Jan-mar., 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

CALDEIRA, Teresa. **Mulheres, cotidiano e política**. São Paulo: Cebrap, 1985.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo, subsídios para a sua história**. 2 ed. Org. Zahidé L. Muzart. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

CORDEIRO, Rosineide e **SCOTT**, Parry. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas (orgs.)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

DEERE, Carmen Diana e **LEÓN**, Magdalena. **Mujeres, derechos a la tierra y contrareformas en América Latina**. *Debate Agrário* (Lima), n. 27, 1999.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUVERGER, Maurice. La participation des femmes à la vie. Paris: Unesco, 1955.

FARIA, Nalu. NOBRE (org). Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 1998.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. (orgs). O trabalho das mulheres. São Paulo: SOF, 1999.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. (orgs). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002.

FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. (orgs). A produção do viver. São Paulo: SOF, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. MST: Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, Vera L. B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modo de vida. In: ABRAMO, Laís, e ABREU, Alice R. de P. (Orgs.) Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

FOLBRE, Nancy. "The production of people by means of people and the distribution of the costs of children". Paper presented at IUSSP Seminar on International Perspectives on Low Fertility: Trends, Theories and Policy. Tokyo, Japan, 21-23 March. 2001.

FONSECA, Tânia Mara Galli. Gênero, Subjetividade e trabalho Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed. 1987.

FLORESTA, Nísia. Os direitos das mulheres e injustiça dos homens. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo, Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

HAHNER, June E. A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937. SP: Brasiliense, 1981

HAHNER June. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense. Tradução de Maria Thereza Almeida e Heitor Ferreira Costa. p. 114.

INCRA. Cadastramento e Seleção Nacional. Junho de 1998.

JANATA, Natacha Eugenia. “Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamento do MST. Florianópolis-SC: UFSC, 2004.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et.al. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: _____. (Coord.). **O sexo do trabalho.** Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13-22

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1998.

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Adolescência. In: **Quem Mandou Nascer mulher.** (Felicja Madeira – Org.), Record/Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1997. **Marcha das Margaridas.** Boletim Trabalhador Rural (Contag), Brasília.1-14 de maio 2000.

LAUREANO, Delze dos Santos. O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LECHAT, Noelle Maria Paule. A questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Ijuí, RS:UNIJUÍ, 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, 2000. Disponível em <http://www.unb.br> acesso em 27.dez.2007.

MANTEGA, Guido. Sexo e poder. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MELO, Denise. A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo

MINAYO, M. C. de S. (org.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agricultura Brasileira em números: anuário 2004. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/imagens/MAPA/estatística/05.06.xls>. Acesso em: 10 .out. 2007.

MONTEIRO DE BARROS, Alice. A mulher e o Direito do Trabalho. São Paulo: LTr Editora, 1995.

MOREIRA, Branca Alves. Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

MST. Mulheres Sem Terra: lutando e semeando novas relações de gênero. São Paulo, 2004.

MST. Mulher Sem Terra. São Paulo: ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e INCRA, 2000.

MURARO, Rose Marie. BOFF, Leonardo. Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 1999.

_____, Zahidé Lupinacci (org.). **Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar.** Em MOREIRA, Maria Eunice (org.). História da Literatura, teorias, temas e autores. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.

NAVARRO, Zander Moraes, MENEZES, Raul Maria Stela e. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite (orgs.). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

NOBRE, Miriam da S. P. e SILVA, Nalu F. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: Coletivo Nacional de Mulheres MST. Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo: Peres, 1998.

PAULILO, Maria I.S. Os Assentamentos de Reforma Agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Adhemar et. al. (orgs). Reforma Agrária: Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

PAULILO e SCHMIDT (orgs). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PAULILO, M. Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista de Estudos Feministas, Vol. 12, n. 1, 2004.

PETRAS, James. Uma revolução dentro da revolução. In: Coletivo Nacional de Mulheres MST. Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo: Peres, 1998.

PERROT, Michelle. Les femmes, le pouvoir, l'histoire. In: PERROT, M. (org.). Une histoire des femmes est-elle possible? Paris: Rivages, 1984.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In Revista Brasileira de História. v. 9 nº 18, ago. 89/set. 89 São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

PERROT, Michele. Minha história de mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1 ed. São Paulo: expressão Popular, 2007.

PINTO, Celia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo , 2003.

ROMERO, Elaine. (org.). Corpo, mulher e sociedade.Campinas-SP: Papyrus, 1995.

ROWBOTHAM, Sheila. A conscientização da mulher no mundo do homem. Porto Alegre: Globo, 1983.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SALGADO, Sebastião. Terra. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHREINER. Davi Felix. Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos Assentamentos Rurais. (mimeo), São Paulo, 2002.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Da utopia do acampamento à recriação social do assentamento. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS, 1995.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento. Disponível em: <http://www.landless-voices.org>, University of Nottingham, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, 1990.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Você acha que a gente vai poder com homem? Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares. Curitiba-PR: [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curso da Pós-graduação em História, 2007. MIMEO

SIQUEIRA, S. M. O Papel dos Movimentos Sociais na construção de outra sociabilidade. Disponível em: ww.educacaoonline.pro.br/art.opapeldosmovimentos. Acesso em 18 de dezembro de 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A Classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Revolução e desencanto: do público ao privado. In Revista Brasileira de História. v. 9 nº 18, ago. 89/set. 89 São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero. Brasília: IICA, Escritório no Brasil, 1992.

STEARNS, Peter N. História das Relações de Gênero. São Paulo: Contexto, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho Societal dos Sem-Terras no Brasil, 500 Anos Depois. Revista da ABRA, n.25, v.28, Campinas, 2001.

TOURAINE, Alain. O mundo das mulheres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. Cadernos Pagu: Desacordos, Desamores e Diferenças, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.3, p.63-84, 1994.

VENTURI, Gustavo. RECAMÀN, Marisol. OLIVEIRA, Suely de. (orgs). A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1. ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004,